

DANIELLE DE FÁTIMA EUGÊNIO

ARREMATANTES DE OBRAS PÚBLICAS: OFICIALATO MECÂNICO NA
CIDADE DE MARIANA (1745 – 1800)

Mariana
Instituto de Ciências Humanas e Sociais/ UFOP
2010

DANIELLE DE FÁTIMA EUGÊNIO

ARREMATANTES DE OBRAS PÚBLICAS: OFICIALATO MECÂNICO NA
CIDADE DE MARIANA (1745 – 1800)

Monografia apresentada ao curso de História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Silveira.

Mariana
Instituto de Ciências Humanas e Sociais/ UFOP
2010

*A minha mãe e exemplo de força, Ana Maria,
por todo amor e dedicação.*

*Ao meu Avô-Pai, Sebastião,
pela alegria que sinto do senhor estar vivo!*

Agradecimentos

Tenho muito a agradecer, a todos que me ajudaram a cumprir essa importante etapa da graduação. Mas, antes de todos, agradeço a Deus por ter me sustentado até aqui e por cada um que permaneceu em minha vida durante esse trabalho.

Sem o esforço da minha família, eu não poderia ter cursado a faculdade. Em especial agradeço a senhora mãe, por tudo que pode fazer por mim, para que eu vencesse através dos estudos. Sem a sua preocupação, apoio e amor incondicional, eu não teria conseguido! Aos meus avós e “pais duas vezes”, Sebastião e Therezinha, meus maiores exemplos de honestidade, trabalho e força. Vô, obrigada por sempre ter me ouvido. A minha tia Fátima, por ter me amado como uma filha e pela ajuda para que eu pudesse estudar longe de casa. Ao Lipe, meu irmão amado. Obrigada por sempre poder contar com você. Ao meu tio Vi, pelo carinho e ajuda sinceros. Agradeço ainda, aos meus tios Regina e Sebastião, por tudo que fizeram por mim!

Agradeço ao Marcelo, pelo grande incentivo e apoio para que eu concluísse a monografia. Obrigada meu amor! Ao Sérgio e Érica, por torcerem pela minha felicidade.

Aos amigos, gostaria de agradecer pelo companheirismo, por dividirem as angústias e as alegrias. Em especial a Luíza, por se fazer presente mesmo na distância! A Tati, pelas longas conversas, preocupação e grande ajuda durante a pesquisa. A Paula, pela preocupação. Aos amigos da Igreja Cristã Maranata pelas orações e conforto nos momentos difíceis. E aos amigos da graduação, agradeço a Iara, Lívia, Lídia e Manu, pela amizade sincera. A Crislayne pela prontidão em me ajudar. E, aos meus amores da Mansão Beijinho Doce, por todo carinho e torcida. Vocês moram no meu coração!

Aos professores, que tanto me ajudaram, apoiaram e incentivaram a seguir em frente. Meus sinceros agradecimentos ao Carlão, pelo contato com a Arte da Cantaria. A Daniela Viana Leal, Valéria Mara Silva, Rodrigo Bastos, Fabiano Gomes da Silva e Guiomar de Grammont pelo carinho e grande ajuda.

Gostaria de encerrar, com um agradecimento mais do que especial ao meu orientador, Professor Dr. Marco Antonio Silveira. Obrigada por ter me ajudado, em um dos momentos mais difíceis da minha vida a não desistir! Agradeço pelo carinho, paciência, dedicação e compreensão com que me orientou.

Resumo

O objetivo desse estudo consiste em abordar o tema do oficialato mecânico na Cidade de Mariana durante o século XVIII, visando a compreensão de mecanismos de inserção e ascensão social utilizados por oficiais que compuseram uma camada privilegiada. Para tanto, escolhemos os oficiais que se destacaram pelo maior número de arrematações realizadas junto ao Senado da Câmara. Buscamos descrever, através de registros materiais encontrados em inventários e testamentos, características tais como sua condição econômica, a realização de outras atividades paralelas ao exercício do ofício, a participação em agremiações leigas e o uso da mão-de-obra escrava.

Abstract

The main purpose of this study consists in analyzing the privileged group of craftsmen in the Eighteen Century Mariana in order to understand their social strategies of ascent and insertion in a colonial society. For that, one selected some officials who singularize themselves due to the number of auctionings, made by the Senado da Câmara, they took part. One looked up, through data from wills and inventories, features as their economic condition, the realization of other activities besides the craft, the participation in lay brotherhoods and the application of slave labor.

Lista de Tabelas

TABELA 1 -	Bens imóveis.....	36
TABELA 2 -	Montemores e Dívidas ativas.....	39
TABELA 3 -	Plantéis de escravos por oficial.....	40

Lista de Abreviaturas

AHCMM – Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana

AHCSM – Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana

Sumário

Lista de Tabelas.....	06
Lista de Abreviaturas.....	07
Introdução.....	09
Capítulo 1	
De Ribeirão do Carmo a Leal Vila de Nossa Senhora do Carmo.....	12
1.1. A formação e consolidação do Arraial.....	12
1.2. De Arraial a Leal Vila de Nossa Senhora do Carmo.....	16
1.3. A Câmara da Leal Vila de Nossa Senhora do Carmo.....	18
1.4. Câmaras Municipais e ofícios mecânicos.....	21
Capítulo 2	
A Cidade de Mariana.....	28
2.1. Elevação à Cidade de Mariana. Sede do novo Bispado.....	28
2.2. Oficiais mecânicos na cidade de Mariana.....	30
2.3. Principais arrematantes de obras públicas em Mariana a partir de 1745.....	34
2.4. Testamentos e inventários <i>post-mortem</i> dos principais arrematantes de obras públicas.....	35
3 – Considerações finais.....	48
4 – Referências documentais.....	50
5 – Referências bibliográficas.....	51

Introdução

No alvorecer do século XVIII, as atenções da Coroa portuguesa se voltaram para a promissora região das Minas. As notícias da descoberta do ouro trouxeram um grande volume tanto de reinóis, como de descobridores de outras regiões da colônia e seus plantéis de escravos. Começa a se delinear a sociedade singular das Minas do ouro, que vai se fixando ao longo do Setecentos. Desde as primeiras décadas do Setecentos, a notícia da descoberta de ouro estimulou a vinda de reinóis, especialmente do norte de Portugal (Beira Alta, Entre-Douro-e-Minho, Minho, Trás-os-Montes), para a região mineira. Especificamente, de “1705 a 1750, mais de 20.000 pessoas deixavam anualmente Portugal rumo ao Brasil, cifra colossal, dado que a população de Portugal não excedia, então, de 2.000.000 de pessoas”.¹

Nesse contexto, a Coroa precisava se fazer presente para garantir o controle do território e da extração aurífera. Mas antes mesmo do estabelecimento do aparelho burocrático do Estado, a Igreja se fez presente, seja por meio da simples cruz de madeira fincada na porção de terra descoberta, ou pela ereção de uma primitiva capela no acampamento levantado, ou ainda pela gestação das primeiras agremiações leigas no território - visto que não foi permitido o ingresso do clero regular e a formação de ordens religiosas. Desse modo, erguida a capela, o posterior reconhecimento institucional perante a Igreja e o Estado era dado pelo Bispo.

Com a ereção dos povoados ao patamar de Vila, propiciada pelo considerável aumento da população local, era fundamental o estabelecimento da Casa de Câmara, importante instituição política, tanto para a representação do poder real na colônia, como para a participação política das elites locais – os chamados “homens bons”. Na passagem de arraial para vila, e dessa para a condição de sede do Arcebispado, ocorriam importantes modificações na estrutura do núcleo urbano. Esse ponto nos interessa, pois, com o desenvolvimento dos núcleos urbanos mineiros, aumentaram as demandas por serviços manuais e pelas edificações. Durante a segunda metade do século XVIII, mesmo com o declínio da mineração, houve um grande aumento da demanda por ofícios mecânicos, de que são exemplos a ereção dos templos das Ordens Terceiras e, no caso de Mariana, os preparativos para instalação do Bispado.

¹ SANTOS, 1951, p. 29.

Além da atuação dos portugueses, os ofícios se beneficiaram, por um lado, de uma considerável mobilidade de profissionais habilitados e experimentados vindos de outras regiões da colônia e, de outro, de escravos cuja perícia e habilidade haviam sido adquiridas na África.² As informações estéticas chegavam do Reino através das práticas profissionais, de moldes, desenhos, estampas, pinturas, objetos de menor porte, de ouro e prata, e de retábulos inteiros vindos do Porto e de Lisboa. Havia uma circulação de livros diversos para atender às exigências dessa clientela, e os artífices pareciam sentir necessidade de adquirir, por variados meios, informações atualizadas a respeito do gosto estético que pudessem se adaptar às técnicas e aos materiais da nova região. Essas informações podiam ser encomendadas tanto através do Rio de Janeiro, por sua considerável ligação com a metrópole, quanto diretamente pelos contatos com parentes e procuradores no reino.³ É nesse quadro que se destacam importantes arrematantes de obras, em sua maioria nascidos em Portugal, que em Mariana monopolizaram as arrematações de obras públicas.

Mediante o índice de obras públicas do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana, selecionamos o grupo que atuou na Cidade durante a segunda metade do século XVIII. Com a listagem em mãos, efetuou-se a procura de testamentos e inventários *post-mortem* no Arquivo da Casa Setecentista de Mariana. Mediante a descrição de seus bens, foram recuperados importantes registros da posição alçada por esses homens, de sua participação em ordens religiosas e da relação de suas dívidas ativas. Feito isso, entre os registros encontrados, escolhemos os dos oficiais mecânicos que se destacaram pelo número de arrematações realizadas. Desse modo, buscamos, através dessa importante documentação e valendo-nos dos pressupostos teóricos da micro-história, acompanhar as trajetórias de oficiais que tinham suas lides relacionadas ao trabalho junto a obras públicas. Procuramos analisar como tais sujeitos históricos construíram uma rede de estratégias e de relações sociais nas mais diversas esferas de suas vidas, em Mariana. Objetivamos averiguar se buscavam um lugar social através de seu ofício, e como se diferenciavam dos trabalhadores livres, negros e libertos, quais suas possibilidades de ascensão econômica pelo trabalho ou por outras atividades, sua participação em irmandades e Ordens Terceiras, se possuíam escravos e os destinavam aos canteiros de obras, e os vínculos com seus

² SILVA, 2006.

³ VIANA; EUGÊNIO, 2008.

pares, seja no universo laboral ou em outras atividades.

Assim, dividimos a monografia em dois capítulos. No primeiro, procuramos delinear a formação do espaço urbano marianense, desde seu descobrimento até sua elevação ao patamar de vila. Destacamos, na Leal Vila, a Casa de Câmara e como esta instituição se relacionou com o controle dos ofícios e se delineou como importante cliente pelas demandas por obras públicas. No segundo capítulo, apresentamos o estabelecimento da então cidade de Mariana e os preparativos para a instalação da sede do Bispado: a necessidade de construção de uma nova cidade, a atuação dos engenheiros militares, o aumento do número de obras patrocinadas pelo Senado da Câmara. Nesse contexto analisamos, mediante a documentação, a trajetória dos oficiais mecânicos escolhidos, bem como suas posses e sua atuação nas mais diferentes esferas dessa sociedade em formação.

Capítulo 1: De Ribeirão do Carmo a Leal Vila de Nossa Senhora do Carmo

1.1. A formação e consolidação do Arraial

O historiador Diogo de Vasconcelos descreve, em sua obra *História Antiga de Minas Gerais*, a descoberta de uma promissora região no interior da Capitania de Minas e São Paulo através das bandeiras paulistas do Coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça (em companhia de Miguel Garcia da Cunha) no ano de 1696. A formação do núcleo primitivo do arraial, na região chamada de Mata Cavalos, iniciou-se com o acampamento levantado ao longo da beira do ribeirão do Carmo⁴, “rio-símbolo de Mariana e do processo de colonização e domínio destas partes”.⁵ Logo foram encontrados em abundância os tão cobiçados granitos cor de aço. Vasconcelos ressalta a ereção da primitiva capela dedicada a Nossa Senhora do Carmo, logo que foi determinado o assentamento do arraial.⁶

Segundo a historiadora Cláudia Damasceno Fonseca, durante o processo de colonização, especialmente em regiões mineradoras recém descobertas, a Igreja se fazia presente antes mesmo da chegada do aparelho burocrático do Estado português. Essa instituição funcionou como elemento polarizador dos agrupamentos mineiros em termos tanto sociais como espaciais: “a simples cruz de madeira, e em seguida a rústica capelinha, eram o símbolo da sacralização, do domínio, da posse de um território antes considerado profano”.⁷ Caio César Boschi ao retratar a simplicidade arquitetônica das primeiras capelas, a contrasta com sua importante função de núcleo e eixo vital dos arraiais, onde se originaram as normas de comportamento para as pequenas comunidades. Simbolizando estabilidade, as capelas representaram segurança para todos aqueles que se estabeleceram na região das minas.⁸ Fabiano Gomes da Silva ainda acrescenta:

⁴ VASCONCELOS, 1999, p. 148.

⁵ ANDRADE, 1998, p. 114.

⁶ VASCONCELOS. *Op. cit.* p. 149.

⁷ FONSECA, 1998, p. 29.

⁸ BOSCHI, 1986, p. 21-22.

“O modelo capela-patrimônio-arraial parece explicar a origem de centenas de arraiais, vilas e cidades brasileiras desde o período colonial, particularmente por justificar o acesso à terra pelos primeiros colonos nos locais onde a autoridade municipal ainda não tinha se estabelecido para exercer tais prerrogativas, como ocorreu com muitos arraiais mineiros no Setecentos”.⁹

O povoamento da região do Ribeirão do Carmo não se deu com tranquilidade. Entre os anos de 1697 e 1698, houve uma significativa dispersão dos povoadores do Carmo para outras regiões em decorrência da escassez de alimentos. A fome e a miséria assolaram os *aventureiros descobridores do Carmo*¹⁰, o que levou à formação de novos arraiais por aqueles que se deslocaram para Vila de São Paulo ou para outras regiões ao longo do ribeirão. O então governador e capitão-general do Rio de Janeiro, Arthur de Sá Menezes, registrou em ofício ao rei, datado de 1698, a grave situação que levou à deserção de muitos: “[...]é sem dúvida que rendera muito grande quantia, se os mineiros tiveram minerado este ano, o que não lhes foi possível pela grande fome, que experimentaram [...]”.¹¹ Contudo, devido à preocupação em fazer roçadas para o cultivo de alimentos, surgiram importantes fazendas. “Prevista a calamidade da fome, os novos exploradores não se esqueciam de cultivar mantimentos em roças unidas às catas (...), inúmeras foram as capelas e roças que se estabeleceram”.¹²

Segundo Boris Fausto, no período inicial da mineração, a busca pela extração dos metais preciosos sem o aparato de outras atividades teria gerado grave falta de alimentos, levando ao extremo da fome e culminando no abandono de muitos acampamentos. Mas, ao longo do século XVIII, o cultivo de roças e a diversificação das atividades econômicas foram modificando esse quadro de privações.¹³ Segundo Francisco Andrade, “a contigüidade de terras minerais e agrícolas permitiam a constituição de unidades de produção mineratórias, agrícolas ou *mistas*, isto é, que conjugavam em uma mesma unidade produtiva, a mineração e a agropecuária”.¹⁴

No período de dispersão dos habitantes do Carmo, o coronel Salvador Fernandes havia se estabelecido com sua família em São Paulo. Todavia, antes de retornar à região solicitou ao bispo

⁹ SILVA, 2007, p. 30.

¹⁰ VASCONCELOS. *Op.cit.* p. 140.

¹¹ Ofício de Arthur de Sá ao Rei, em data de 20 de maio de 1698 *apud* VASCONCELOS. *Op. cit.* p. 140.

¹² *Ibidem*, p.155.

¹³ FAUSTO, 2008, p. 105.

¹⁴ ANDRADE. *Op. cit.* p. 121. Ainda quanto a importância da agricultura, voltada para subsistência e abastecimento alimentar na Capitania de Minas, ver MENESES, 2000. Cf. SILVA, Flávio M. 2008.

do Rio de Janeiro, D. Francisco de São Jerônimo, o reconhecimento da capela do Carmo.¹⁵ A simples capela foi elevada ao patamar de *paróquia* ou *freguesia*, cujo primeiro pároco nomeado foi o padre Manuel Brás Cordeiro. Desse modo, deu-se o reconhecimento institucional do então maior e mais consolidado núcleo populacional da região, perante a Igreja e o Estado.¹⁶

Entre os anos de 1698 e 1699, teve reinício o povoamento do Carmo devido a boas colheitas. As datas foram repartidas pelo guarda-mor Garcia Rodrigues Pais e pelo coronel Salvador Fernandes, no cargo de escrivão das datas. O título de descobridor, juntamente com suas vantagens e privilégios, foram fortemente almejados por muitos dos mineradores.

“Tem o descobridor a primeira data, como descobridor, e outra como mineiro; segue-se a que cabe a El-Rei, e atrás desta, a do guarda-mor; as outras [que] se distribuem por sortes (...) têm a extensão proporcionada ao número de escravos que trazem para catar.”¹⁷

As datas minerais consistiam em porções de terras doadas pela Coroa portuguesa aos colonos dispostos à extração de metais. Na região das Minas, a posse de escravos foi utilizada como critério para o estabelecimento da extensão das terras, preferindo-se o minerador com mais de doze cativos: “ter escravos significava ter acesso a bens e riqueza, ou seja, classificar-se e ascender na hierarquia social”.¹⁸ Inicialmente, cabia ao superintendente distribuir as datas, o que depois foi atribuído aos guardas-mores.¹⁹ Diferentes da “légua em quadra”, as terras repartidas em data de mineração mediam-se pela “braça em quadra”, o que equivalia a 2,2 metros.²⁰

“(...) no distrito de Minas, descoberto num sertão bravio e devoluto, a primeira propriedade, que se nele constituiu, nenhuma outra origem teve, que a título de datas mineiras. O chão, as casas, as benfeitorias compreenderam-se nestas datas. A guarda-moria, portanto, no exórdio do povoamento resumiu em si a única autoridade necessária e com razão de ser. Nenhuma lei também se respeitou, senão a deste estatuto, mantida e observada por interesse de cada um, temendo a anarquia dos donatários”.²¹

Uma segunda crise se instalou sobre o Carmo entre os anos de 1701 e 1702, tendo como uma de

¹⁵ VASCONCELOS. *Op. cit.* p. 149.

¹⁶ FONSECA. *Op. cit.* p. 29.

¹⁷ ROMEIRO; BOTELHO, 2003, p. 98.

¹⁸ ANDRADE, *Op. cit.*, p. 113.

¹⁹ ROMEIRO; BOTELHO. *Op. cit.* p. 97.

²⁰ FONSECA. *Op. cit.* p. 30.

²¹ VASCONCELOS. *Op.cit.* p. 164.

suas causas principais causas o grande aumento da população que adentrava a região à procura de ouro. Havia ainda o aumento significativo nos preços dos alimentos e os inconvenientes de ordem natural do próprio ribeirão, como a dificuldade de escoamento das águas de uma das margens que afluíam para o centro das catas de metais preciosos.²² Dentre os poucos moradores que permaneceram na região após esse sucessivo abandono, destacou-se, por seu empreendimento e sucesso na extração aurífera, um dos primeiros desbravadores da região, o português Antônio Pereira Machado. Ele permitiu a muitos que regressaram à região trabalhar em suas minas e morar em suas terras.²³ Como as possessões de Antônio Pereira localizavam-se ao norte da freguesia, foi em torno da ermida construída por ele e consagrada a Nossa Senhora da Conceição que teve reinício o desenvolvimento do Carmo.²⁴

Cláudia Damasceno Fonseca, assim como Diogo de Vasconcelos, afirma que a Igreja foi essencial à formação do povoado, a começar pela fixação dos arraiais. As capelas eram erigidas em porções de terras doadas pelos proprietários vizinhos, os quais tornavam-se os padroeiros dos templos. Assim, estabeleciam-se as possessões fundiárias da Igreja. Via de regra, ultrapassavam a parcela de terra necessária à construção do templo, o que seguia as *Constituições Primeyras do Arcebispado da Bahia*²⁵, a principal legislação eclesiástica da América Portuguesa e marco fundamental no processo de consolidação institucional da Igreja no Brasil:²⁶

“as igrejas se devem fundar e edificar, em lugares decentes, e acomodados, pelo que mandamos, que havendo-se de edificar de novo alguma Igreja Parochial em nosso Arcebispado, se edifique em sitio algo, e lugar decente, livre de humidade, e desviado, quando for possível, de lugares immundos, e sórdidos (...)”²⁷

A sagração das capelas seguia com obediência a essa legislação.²⁸ Assim, era delineado o espaço físico da igreja, bem como das moradias e ruas em seu entorno, influenciando-se diretamente na conformação do traçado urbano dos arraiais e vilas.

²² *Ibidem*, p. 150.

²³ *Ibidem*, p. 155.

²⁴ FONSECA. *Op. cit.*, p.30

²⁵ *Ibidem*, p. 31. Constituições estabelecidas no sínodo diocesano realizado na Bahia, convocado em 1707 por D. Sebastião Moreira da Vide, publicadas em uma carta pastoral de 21 de julho do mesmo ano. Expandiram-se para as demais dioceses vinculadas a Bahia.

²⁶ VAINFAS, 2001, p.146.

²⁷ Transcrição feita por Murilo Marx *apud* FONSECA. *Op. cit.* p. 31.

²⁸ *Ibidem*, p. 31.

Voltando ao repovoamento do Carmo, nos anos que se seguiram houve uma expansão considerável do arraial para a direção leste-oeste, o norte (margeando e transpondo o ribeirão) e, posteriormente, o sul.²⁹ No ano de 1711, o Arraial de Ribeirão do Carmo já contava com uma população numerosa, o que abriu espaço para uma importante mudança em sua condição de freguesia, como mostraremos a seguir.

1.2. De Arraial a Leal Vila de Nossa Senhora do Carmo

À época da consolidação e do desenvolvimento dos arraiais do Carmo e Ouro Preto, a Coroa estabeleceu medidas, registradas em regimentos e ofícios dos anos de 1702 a 1704, para barrar a entrada de forasteiros na região das Minas. Ao longo dos anos, tais especificações foram permanentemente fomentadas pelos paulistas, visto que nos primeiros tempos da atividade mineradora a Câmara de São Paulo reivindicou junto a Sua Majestade que somente a seus moradores fossem dadas as concessões de exploração do ouro.³⁰ Porém, esse intento tornou-se inviável diante do grande número de pessoas de Portugal e de outras capitanias que continuaram a adentrar o distrito das Minas. Nos anos de 1708 e 1709, o conflito entre paulistas e forasteiros – o combate civil intitulado “Guerra dos Emboabas” – marcou a dinâmica da colonização da área. Com o fim do conflito, em 1709, foi criada a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, separada do Rio de Janeiro;³¹ Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho foi o primeiro a governá-la.³² Segundo Diogo de Vasconcelos, referindo-se ao Carmo:

(...) o vidonho das discórdias não tinha produzido tanto mal, como nos outros arraiais do distrito. Ali se havia mantido a autonomia legítima, e repelido o tumulto dos rebeldes. Era além disso o Ribeirão o centro de colônias dominadas pelo escol da migração paulista, e nele moravam alguns reinóis de grande suposição, neutros e afastados das alterações. Foi por tudo isto o arraial predileto de Antônio de Albuquerque.³³

²⁹ *Ibidem*, p. 33.

³⁰ FAUSTO. *Op. cit.* p. 100.

³¹ FONSECA. *Op. cit.* p. 30.

³² VASCONCELOS. *Op. cit.* p. 234.

³³ *Ibidem*, p. 287.

Foram objetivos centrais da Coroa portuguesa, em relação à região das Minas, tornar mais eficaz o aparato fiscal do Estado e pôr ordem na sociedade. Buscando alcançar esses objetivos, o fato de alguns de seus arraiais contarem com uma população mais numerosa era a justificativa necessária para sua ascensão ao patamar de vila. Desse modo, Albuquerque trazia ordem do rei para instituir três vilas no distrito das Minas. “Depois de percorrer os melhores lugares das Minas e de examinar os principais, onde situasse as três vilas, que tinha de criar, acertou Albuquerque de erigir a primeira no seu dileto Ribeirão do Carmo”.³⁴ Convocada uma junta com os moradores do arraial, estabeleceu-se o custeio das primeiras despesas, que se referiam à Casa da Câmara e ao templo da Matriz. Assim, concordaram povo e nobreza sob as leis do reino:

“[...] e como para se erigir era conveniente e preciso concorrerem os ditos moradores para a Fabrica da Igreja e Casa de Câmara e Cadeia, como era útil e pertencia a todas as republicas, deviam elles ditos moradores, cada um conforme suas posses, concorrerem para o dito feito, com aquelle zelo e vontade que esperava de tão bons vassallos do dito Senhor; e assim deviam n’este particular dizer o que entendiam, sujeitando-se a viverem com aquella boa forma, que são obrigados (...)”³⁵

Juntamente à ereção de uma vila era necessário determinar o seu *termo*, ou seja, a área do novo município, e delimitar o *rossio*, que, como terreno público, referia-se à área de usufruto comum dos habitantes.³⁶ Na Vila do Carmo, diferente de outras regiões, as terras que o constituíam foram cedidas por Antônio Pereira em troca de alguns favores reais. A capelinha da Conceição, que se localizava nesse terreno, sofreu em 1707 uma primeira ampliação e foi considerada a matriz do povoado segundo as leis eclesiásticas.³⁷ Com a elevação do arraial ao patamar de vila, houve um deslocamento do centro urbano: “as novas moradias passaram a se localizar preferencialmente, no ‘novo núcleo’, que se expandia rapidamente. O ‘arraial de Cima’, guardou assim, sua imagem primitiva, praticamente ‘congelada’ durante muito tempo”.³⁸ Em 1714, a região mineradora estava dividida em três comarcas: Vila Rica, Real Vila de Sabará e Rio das Mortes. A primeira foi dividida em dois termos, um com sede em Vila Rica e o outro em Vila do Ribeirão do Carmo. Este era o mais extenso e populoso, possuía maior quantidade de freguesias e o número de seus arraiais sofreu grande aumento a partir de meados do Setecentos.³⁹

³⁴ *Ibidem*, p. 291.

³⁵ VASCONCELOS, 1935 *Apud* FONSECA. *Op. cit.* p. 35.

³⁶ *Ibidem*, p. 34.

³⁷ *Ibidem*, p. 35.

³⁸ FONSECA. *Op. cit.* p. 31.

³⁹ PIRES, 2008, p. 27.

Mesmo com a elevação do arraial ao patamar de vila no ano de 1711, as mudanças físicas não aconteceram imediatamente. Segundo Cláudia Damasceno, “O povoado mantinha o ‘tipo de vida modorrento’ e a ‘feição acanhada’ que o caracterizara em seus primórdios; continuava a predominar a disposição irregular de suas casas (...)”.⁴⁰ A afirmação da autora, contudo, não deve ser tomada de forma radical, pois posteriormente ela registra que novas e importantes edificações foram erguidas: o Largo da Matriz no terreiro da capelinha da Conceição, o Pelourinho, a Cadeia, a Casa da Intendência, a Casa dos Juizes de Fora, o Palácio de Assumar, o Quartel dos Dragões e a Casa de Fundação do Carmo.⁴⁰ Fato é que a Vila não era mais um simples acampamento de mineradores; houve mesmo o deslocamento da centralidade do núcleo urbano, tendo Mata-Cavalos guardado sua imagem primitiva, enquanto os novos edifícios públicos e as novas moradias se instalaram no chamado Arraial de Baixo.⁴¹ As mudanças mais profundas na estrutura urbana da Vila de Nossa Senhora do Carmo deram-se de forma lenta desde o seu estabelecimento como paróquia. No entanto, elas serão mais decisivas na passagem da Leal Vila para Cidade de Mariana, sede do novo Bispado.

1.3. A Câmara da Leal Vila de Nossa Senhora do Carmo

A Câmara da Vila de Nossa Senhora do Carmo foi fundada no ano de 1711⁴². Recebeu de *El Rei* o título de Leal “em memória de tê-lo sido às autoridades régias contra o governo usurpador de Manuel Nunes”⁴³: Os camaristas gozaram da concessão de privilégios,⁴⁴ recebendo as regalias da Câmara da Cidade do Porto, que implicavam o direito de uso de armas ofensivas, a não obrigação de prestar serviço nas guerras, o uso de objetos como espada com bainha de veludo, bem como outras imunidades, que davam condição de fidalguia aos vereadores.⁴⁵

⁴⁰ FONSECA. *Op. cit.* p. 36.

⁴¹ *Ibidem*, p. 33.

⁴² PIRES, 2008, p. 45. GONÇALVES; SOUSA, 2008, p. 126.

⁴³ VASCONCELOS, *Op. cit.* p. 291.

⁴⁴ PIRES. *Op. cit.* p. 47.

⁴⁵ GONÇALVES; SOUSA. *Op. cit.* p. 127.

Em abril de 1711, foi convocada uma junta para realização da eleição de seus componentes, sendo que a posse dos eleitos ocorreu em julho. Segundo Salomão de Vasconcelos, a Casa de Câmara não tinha sede própria e, nesse mesmo ano, as vereanças foram realizadas na casa do Capitão Pedro Frazão de Brito, importante minerador do núcleo de Matacavalos e primeiro juiz ordinário.⁴⁶ No ano de 1715, o Senado da Câmara adquiriu por compra uma casa do capitão Manoel Antunes de Lemos para servir de primeira Casa de Câmara, Audiência e Cadeia.⁴⁵ Em 1741, foi concluída a construção da nova sede do Senado, na Praça da Matriz, pois o sítio anterior estava sujeito às inundações do Ribeirão do Carmo.⁴⁷ A edificação da atual Casa de Câmara e Cadeia de Mariana foi arrematada pelo mestre carpinteiro e pedreiro José Pereira Arouca em 23 de outubro de 1782: “arrematou pela importância de 37.000 cruzados a obra da Cadeia e Casa da Câmara, que seria edificada no citio e largo dos quartéis velhos permediando com o Pelourinho”.⁴⁸ Os oficiais da Câmara de Vila do Carmo, três vereadores e um procurador, eram eleitos através do sistema de *pelouro*⁴⁹. O Senado, a partir da década de 1730, foi presidido por um juiz de fora indicado pela Coroa e, na sua ausência, pelo vereador mais velho que assumia o cargo de juiz pela ordenação.⁵⁰ A esse magistrado cabia julgar casos civis e criminais em primeira instância.

“O cargo de juiz de fora, criado por D. Dinis para alguns concelhos, passou a ser imposto definitivamente por D. Afonso IV, a partir de 1352. Esses magistrados foram nomeados para vigiar o cumprimento legal dos testamentos a partir de 1348 e para evitar conflitos com a Igreja que se apossava dos bens daqueles que faleciam sem descendentes, contrariando a doutrina patrimonial do reino. A nomeação do Juiz de Fora ameaçava a autoridade local, pois, como advogavam as cortes de 1352, garantiria a imparcialidade nos julgamentos e a agilidade dos processos, além de ser especialista em leis, o que compensaria o ônus salarial que o Concelho teria que arcar”.⁵¹

O primeiro juiz de fora designado para a Vila, no ano de 1731, foi Antônio Freire da Fonseca Osório. O ouvidor, também nomeado pelo rei, representava uma segunda instância judicial e vigiava população e Câmara através das correições. O ouvidor responsável por Mariana atuava

⁴⁶ VASCONCELOS, 1947, p. 13.

⁴⁷ GONÇALVES; SOUSA. *Op. cit.* p. 128.

⁴⁸ MARTINS, 1974, p. 69. nº 27, v. I.

⁴⁹ Constituição de três listas com o nome dos homens bons mais votados, as quais eram encerradas em bolas de ceras (pelouros). Com o sorteio anual, havia uma troca de vereadores, juizes e procuradores.

⁵⁰ ANTUNES, 2008, p. 114.

⁵¹ PIRES; MAGALHÃES, 2008, p. 13.

em toda Comarca de Vila Rica.⁵²

Outros ofícios providos pela Coroa achavam-se livres da atribuição de qualquer cunho mecânico ou plebeu, como os de escrivães do judiciário, cujo requisito era o saber ler e escrever. É necessário esclarecer que havia uma lacuna a ser preenchida por profissionais especializados que os magistrados não preenchiam. Nesse contexto, o domínio da leitura e da escrita formou um componente de discriminação social.⁵³ Determinados cargos, como o de escrivão, podiam ainda ser comprados.

Dentre os oficiais subordinados da municipalidade estavam os almotacés, os escrivães de almotaçaria, os meirinhos de almotaçaria e os rendeiros da aferição e do ver-o-peso, funcionários fundamentais ao funcionamento da Câmara. Destacamos esses oficiais por seu contato direto com o exercício dos ofícios mecânicos na Vila do Carmo, posteriormente cidade de Mariana. Entre as suas funções estava a fiscalização da correta aplicação das posturas da Câmara referentes ao abastecimento, ao comércio, à limpeza urbana e às obras públicas. Os principais ofícios mecânicos existentes na rotina da vila eram os dos carpinteiros, pedreiros, canteiros, sapateiros, seleiros, ferreiros, ferradores, alfaiates, serralheiros, marceneiros, caldeiros, barbeiros, latoeiros, oleiros e sangradores.⁵⁴ Em teoria, os oficiais mecânicos que porventura não apresentassem suas cartas de exame poderiam ser punidos.⁵⁵

Em Vila do Carmo, os vereadores, o procurador e o presidente da Câmara reuniam-se semanalmente com o intuito de despachar requerimentos de licenças para vendas e ofícios, além de discutirem acerca da organização e manutenção das obras que eram arrematadas em praça pública.⁵⁶ Afinal, como lembra Álvaro Antunes, “Em Mariana, a execução da Justiça oficial em primeira instância, a legislatura local, arrecadações fazendárias e a administração do espaço público ficavam por conta da Câmara”.⁵⁷ Entre os anos de 1745 e 1808, houve uma segunda fase da evolução da Câmara, marcada por adaptações do poder local visando uma ampliação da ação

⁵² ANTUNES. *Op. cit.* p. 116, 117.

⁵³ PIRES. *Op. cit.* p. 48-49.

⁵⁴ SILVA. *Op. cit.* p. 11.

⁵⁵ PIRES. *Op. cit.* p. 54-55.

⁵⁶ *Ibidem.* p. 51.

⁵⁷ ANTUNES. *Op. cit.* p. 114.

da justiça. Ocorre, por exemplo, a implantação do cargo de aprovador de testamentos, bem como a nomeação de louvados para a função de avaliador dos bens de inventários *post-mortem*.⁵⁸

1.4. Câmaras Municipais e ofícios mecânicos

As Câmaras Municipais significavam, para a Coroa portuguesa, o esforço de estender ao Império marítimo as instituições metropolitanas; por outro lado, representavam as demandas dos colonos.⁵⁹ Elas funcionavam como veículo de comunicação entre os interesses locais e o poder da Coroa. Para Antunes, “As Câmaras caracterizavam-se como um órgão multifacetado, de atribuições plurais que eram exercidas nos auditórios e, por vezes, pelos mesmos atores, com sobreposição de funções e alçadas”.⁶⁰ Desse modo, as audiências eram o lugar onde as partes requereriam de sua justiça em certos dias.⁶¹

Embora as Câmaras fossem compostas por um sistema de cargos – dois juízes ordinários ou um juiz de fora, três vereadores, um procurador e algumas vezes um tesoureiro –, elas não possuíam uma rígida uniformidade institucional.⁵⁹ Como lembrou Hespanha, “Nelas se sobrepunham cargos e processos surgidos em épocas distintas, ligados a universos político-sociais diferentes, baseados em tecnologias administrativas diversas”.⁶² Alguns membros das Câmaras eram eleitos pelos chamados “homens bons” - indivíduos abastados que se destacavam socialmente – e, após terem seus nomes aprovados pelo ouvidor, eram devidamente empossados.⁶³ Como em Portugal, prevalecia a idéia jurídica de que os costumes locais valiam como leis, os oficiais camarários devendo utilizá-las em favor dos interesses locais com o intuito de evitar conflitos com a população⁶⁴: “O interessante aqui é o fato de eles deixarem claro que não desconhecem o que se pratica em Lisboa, mas sabiam também que essa prática poderia ser alterada na colônia de acordo

⁵⁸ PIRES. *Op. cit.* p. 52

⁵⁹ PIRES; MAGALHÃES. *Op. cit.* p. 11.

⁶⁰ ANTUNES. *Op. cit.* p. 113.

⁶¹ BLUTEAU, p. 657-659.

⁶² Antonio Manuel Hespanha *Apud* PIRES; MAGALHÃES. *Op. cit.* p. 12.

⁶³ ANTUNES. *Op. cit.* p. 114.

⁶⁴ CHAVES; ANDRADE, 2008, p. 70.

com os usos e costumes locais”.⁶⁵ Dentre as funções das Câmaras estavam a garantia do bem comum dos habitantes das vilas, como, por exemplo, o abastecimento regular de alimentos. Uma vez que em meio às tarefas dos vereadores estavam a legislação e a administração local, estes estabeleciam as posturas, criadas para adaptar ou suprir omissões deixadas pelas Leis do Reino.⁶⁶ Além disso, os vereadores passavam as devidas licenças para construção de casas e aberturas de negócios, determinavam impostos, geriam o espaço público e fiscalizavam oficiais da municipalidade.⁶⁷ As Câmaras deveriam garantir os serviços de utilidade pública e de embelezamento da urbe através da construção de chafarizes, pontes e calçamentos.⁶⁸

Uma ordem do Rei datada de 27 de janeiro de 1726 restringiu o acesso de homens pardos aos cargos da Câmara:⁶⁹

“não possa ser eleito vereador ou juiz ordinario nomeados na governança das vilas desta Capitania homem algum que seja mulato dentro dos quatro graus em que o mulatismo é impedimento, e que na mesma sorte, não possa ser eleito o que não for casado com mulher branca, ou viúvo dela”.⁷⁰

Nas primeiras décadas do Setecentos, foi marca constante nas principais regiões de extração aurífera o grande fluxo da mão-de-obra escrava e, com ele, o temor de que essa crescente massa fomentasse motins, desobediência e a formação dos temidos quilombos. Mas foi a constituição de uma camada de mestiços – livres ou libertos – o que afetou mais fortemente as autoridades, como podemos ler na restrição acima imposta por *El Rei*. As autoridades temiam que essa camada de mestiços superasse o número de homens brancos existentes na colônia. Conforme Marco A. Silveira, “na década de 1720 as autoridades já haviam formulado mais sistematicamente a opinião de que a ascensão social e econômica dos descendentes de africanos, especialmente dos mulatos, poderia resultar na perda do controle sobre as Minas”.⁷¹

⁶⁵ *Ibidem.* p. 71.

⁶⁶ *Ibidem.* p. 63. As Ordenações Régias que vigoravam no século XVIII estavam em conformidade com as Ordenações Filipinas promulgadas em 1603 pelo Rei da Espanha e de Portugal Filipe III.

⁶⁷ ANTUNES. *Op. cit.* p. 115.

⁶⁸ SILVA, 2006, p. 280.

⁶⁹ O termo mulato é utilizado no período em questão, como forma pejorativa para referência ao homem pardo. Tal termo carrega significados como a preguiça e rebeldia. Daqui em diante, não o utilizaremos com esse intuito.

⁷⁰ APM-CMM Acórdãos. Cód. 20, fl. 39, fot. 677 *Apud* PIRES. *Op. cit.* p. 48.

⁷¹ SILVEIRA, 2007, p. 28.

Houve grande restrição por parte da Coroa e de seus funcionários - com destaque para o governadores - à ascensão dos mulatos na sociedade. Silveira se refere a tentativas de se restringirem aos homens pardos o direito natural à herança. Para o autor, a real decisão de 27 de janeiro de 1726 apareceu como forma de pôr limites à ascensão de negros, mulatos e libertos. Houve mudança relativa da visão sobre os mestiços quando André de Melo e Castro, o Conde das Galveias, passou ao governo da Capitania, sucedendo D. Lourenço – passou a prevalecer uma visão utilitária sobre seu trabalho.⁷² Desse modo, o labor mecânico foi utilizado pelos pardos como forma de se resguardarem ou até mesmo de ascenderem socialmente. Marco A. Silveira cita um despacho feito pelo conselheiro João Pedro Lemoso, que consolida a postura do então governador, o Conde das Galveias:

“Como a maior parte dos negros e mulatos forros trabalham em ofícios mecânicos e servis, não é conveniente sejam expulsados das Minas e se pode recomendar ao governador não consinta vadios e os obrigue a servir na cultura das terras, ou minerar, e nos ofícios mecânicos e os que não tomarem este modo de vida sejam expulsados delas”.⁷³

O uso de *estratégias de branqueamento* por esses grupos, relacionadas ao comércio, à posse de terras agrícolas, à prática do oficialato mecânico, ao acesso a cargos administrativos menores e à participação nas agremiações leigas, criou as bases para que em meados do Setecentos pudessem ter a capacidade de exercer pressão política.⁷⁴ Com o tempo, a expressão demográfica desse grupo acabou por superar o número de colonos brancos.

Em relação aos ofícios mecânicos desenvolvidos na colônia - o que especialmente nos interessa -, podemos afirmar que as Câmaras foram falhas quanto ao registro das licenças e cartas de exame para o exercício da profissão. Salomão de Vaconcellos, para o caso de Vila Rica, aponta que eram três os processos para o exercício dos ofícios mecânicos: as licenças com fiador, que duravam de seis meses a um ano; as licenças mediante exame prévio do candidato; e, de forma reduzida, e expedição das cartas de habilitação.⁷⁵ Essas cartas funcionavam como meio de habilitar o oficial mecânico para o desenvolvimento de seu labor, além de terem visado o controle da qualidade dos ofícios desenvolvidos na colônia. Já as licenças podem ter servido mais como fonte de renda e

⁷² *Ibidem*, p. 34.

⁷³ *Ibidem*, p. 36.

⁷⁴ *Ibidem*, p. 39.

⁷⁵ VASCONCELLOS, 1940. n° 04, p. 331.

controle fiscal do que como mecanismo corporativo.⁷⁶ Seja como for, diversos grupos envolvidos no emprego dos ofícios ficaram à margem desses registros, o que foi fomentado pela presença constante da mão-de-obra escrava, muitas vezes especializada, bem como de trabalhadores a jornal e libertos. A existência de diversas prescrições das autoridades acerca do exercício dos ofícios poderia representar, na verdade, mais uma intenção de regulação do que um rígido e eficaz controle.⁷⁷

Na Capitania de Minas, não houve organização dos oficiais mecânicos em corporações de ofícios, nem uma representatividade legal sólida como a Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa, instituição criada pelo Rei, com eleição anual de quatro procuradores que atuavam junto à Câmara⁷⁸. Todavia, uma representatividade dos oficiais mecânicos se deu, mesmo que de forma restrita, nas Câmaras Municipais através das eleições de juízes e escrivães de ofícios.

Na América portuguesa, os trabalhadores manuais da cidade de Salvador foram os primeiros a obterem o privilégio de estabelecerem uma representação próxima à fixada pelos seus pares na Metrópole. Ela foi instituída por ato dos vereadores da Câmara em 1641, (...) uma espécie de Casa dos Doze. A participação dos representantes dos mestres nas sessões do Conselho local, entretanto, mostrou-se contrária aos interesses dos vereadores e das autoridades metropolitanas, principalmente, por acarretar a discussão dos gastos públicos e da insaciável necessidade por receitas para defesa da cidade. Os desentendimentos se tornaram irreversíveis (...) Salvador viveria sob o clima de amotinação e protesto de parte da população por conta do aumento desse imposto, na chamada revolta do Maneta (...). Não tardou muito para que os vereadores de Salvador solicitassem a extinção do cargo de juiz do povo.⁷⁹

Geraldo Silva Filho, em seu estudo acerca do oficialato mecânico em Vila Rica, analisa a evolução das corporações de ofícios desde o período medieval europeu com o intuito de demonstrar como elas se adequaram às peculiaridades mineiras. Silva Filho discorre sobre as etapas da organização dos ofícios mecânicos, como as eleições de seus juízes e escrivães. Esses oficiais foram responsáveis por passar as cartas de exame, fiscalizar obras públicas e ter a guarda das bandeiras dos ofícios. Em relação às licenças para o devido exercício do labor, o autor discorda em parte de Salomão de Vasconcelos, que considerou obsoletos o registro e o controle dos oficiais mecânicos na colônia. Para Silva Filho, as cartas de exames foram mais rigidamente

⁷⁶ SILVA. *Op. cit.* p. 281.

⁷⁷ *Ibidem*, p. 282.

⁷⁸ MENESES, 2003, p. 13.

⁷⁹ SILVA. *Op. cit.* p. 73-74.

utilizadas por um grupo específico de ofícios.⁸⁰ Posteriormente à criação da Capitania de Minas, “com a cristalização do papel das câmaras municipais, estas passam a ter um controle mais rígido sobre as atividades dos artesãos, a quem passam a ser exigidas as cartas de exames”.⁸¹ O historiador afirma que havia um extremo rigor e fiscalização por parte da câmara municipal sobre a prática do oficialato mecânico e uma predominância de brancos no exercício das atividades.⁸²

Já Fabiano Gomes da Silva descreve a trajetória de uma parcela dos oficiais mecânicos de Vila Rica - tais como pedreiros, carpinteiros e canteiros -, seus aprendizes e serventes. No que diz respeito à documentação camarária utilizada, especialmente o registro de cartas de exame e de licenças para o exercício das atividades mecânicas, ressalta que tais fontes não absorviam um número muito abrangente de oficiais mecânicos, excluindo os forros e escravos.

“Talvez, os valores cobrados e as exigências dos testes tenham impedido muitos artífices de regularizarem sua atividade junto às autoridades. Por outro lado, é possível que outros tenham, estrategicamente, optado por permanecerem como simples jornaleiros e, sem o registro, circularem ao sabor das oportunidades e atuarem em obras arrematadas ou sob a responsabilidade de mestres e de oficiais de reconhecido prestígio”.⁸³

Desse modo, o uso de tais fontes oferece uma contribuição limitada para o estudo dos escravos e libertos que também compunham o grupo dos oficiais mecânicos, aprendizes e serventes atuantes em Minas durante o Setecentos. Fabiano Gomes da Silva acredita que a ausência de negros (escravos ou forros) na referida documentação deve-se mais às limitações da mesma do que a uma ausência real desses agentes nos ofícios mecânicos. Ao contrário, eles comporiam a maior parte desse grupo.

Comparando as afirmações dos dois historiadores, é possível dizer que, embora houvesse uma grande parcela da população da Capitania composta por negros ou mestiços, foi uma minoria de brancos que teve registradas suas cartas de exame e monopolizou a arrematação de obras públicas. O próprio Silva Filho afirma a existência de escravos destinados aos ofícios mecânicos, especialmente com o declínio da mineração aurífera em Minas, em princípios da segunda metade

⁸⁰ SILVA FILHO, 1996, p. 68.

⁸¹ *Ibidem*, p. 69.

⁸² *Ibidem*, p. 74.

⁸³ SILVA. *Op. cit.* p. 19.

do Setecentos. Porém, registra que:

“foram proporcionalmente, muito poucos os escravos registrados como oficiais mecânicos, ao longo do século dezoito em Vila Rica. Isto não quer dizer que não houvesse um número razoável de escravos e negros exercendo as atividades pertinentes aos ofícios mecânicos, pelo menos com as provisões formais, as cartas de exames. Acreditamos que o envolvimento do escravo e do negro em Minas e, mais precisamente em Vila Rica, era expressivo. Contudo havia as maneiras comuns do escravo e do negro envolverem-se nas atividades artesanais”⁸⁴.

Silva Filho demonstra, em análise quantitativa, a condição e o total dos oficiais com registros de cartas de exames. Assim, de um total de quinhentos e vinte e nove indivíduos, 83,55% eram homens livres e brancos; já os escravos, forros e negros livres compunham cerca de 16,43% desse total. Tal quadro sugere a hipótese de que havia uma esmagadora maioria branca no exercício das atividades laborais em Vila Rica durante o século XVIII. Porém, o autor deixa claro que, nos casos em que o registro não menciona a condição social ou a cor do oficial mecânico, ele considerou que se tratava de brancos e livres. Sua justificativa para esse procedimento foi a de que, quando se tratava de oficiais livres e não-brancos, os escrivães sempre encontravam um modo de registrar “a não pureza racial do oficial registrado, citando, por exemplo, a mãe negra ou escrava do oficial ou descrevendo-o como um mulato disfarçado, ou pardo do quarto grau, etc”⁸⁵. Contudo, talvez haja um problema metodológico em se considerar a falta de dados como referência indireta a brancos.

O papel das Câmaras na região de Minas, no que se refere à representação dos ofícios mecânicos, não pode ser tomado como simples transposição do que era feito no Reino pela Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa. Afinal, essa instituição estava compromissada com os objetivos corporativos, defendendo privilégios e monopólios, e se integrava ao poder central através da Câmara. Nesse sentido, concordamos que Minas era portuguesa, mas não Portugal⁸⁶.

A administração camarária em Minas não ocorreu com perfeita eficácia, visto que, como indica a historiografia, podem ser observadas falhas tais como a má administração dos tributos impostos

⁸⁴ SILVA FILHO. *Op. cit.* p. 93.

⁸⁵ *Ibidem*, p. 80.

⁸⁶ MENESES. *Op. cit.* p. 14.

pela Metrópole, a criação de novos impostos e os vultosos gastos com festividades.⁸⁷ Todavia, não podemos negar a importância que essas instituições de poder, representantes tanto do poder local como da Coroa, tiveram nas vilas mineiras setecentistas. Para esse estudo, procuramos focar a tentativa de controle do exercício das atividades mecânicas na Vila do Carmo e na Cidade de Mariana, bem como a demanda por obras para a devida fixação dos habitantes nesse espaço.

⁸⁷ PIRES, Maria do C. MAGALHÃES, Sônia M. de. *Op. cit.* p. 12.

Capítulo 2: A cidade de Mariana

2.1. Elevação à Cidade de Mariana. Sede do novo Bispo.

Alguns fatores, já expostos nessa pesquisa, motivaram sucessivos abandonos da região da Vila do Carmo nos primeiros anos de sua colonização. No ano de 1743, o que assolou os habitantes da vila foram as enchentes, que levaram à destruição de boa parte da região, como a rua do Piolho e a primitiva rua Direita no Arraial de Mata Cavalos.⁸⁸ Dessa forma, houve a necessidade de reconstrução de parte da urbe com o objetivo de retirá-la das proximidades do ribeirão e atender àqueles habitantes que perderam suas moradias.

O engenheiro militar José Fernandes Pinto Alpoim foi encarregado da reformulação do traçado urbano, bem como do reparo de importantes edifícios e da construção de novas habitações para a reinstalação dos moradores atingidos pelas inundações. Para tanto, houve a necessidade de ampliar o povoado, o que foi possível através das doações de terrenos e dos aforamentos de outras parcelas. É possível que a reordenação tenha sido feita aos poucos, respeitando-se algumas *preexistências*. O historiador Rodrigo de Almeida Bastos, ao referir-se à arquitetura e acomodação da povoação na Capitania de Minas Gerais durante o Setecentos, defende que esses aspectos primaram pelo respeito ao *decoro*. Na construção da Cidade de Mariana, o *decoro* teria sido considerado nas reformas que buscaram adorná-la com conveniência para a necessária criação da diocese.⁸⁹

“A macro estrutura da cidade estava bem definida pelas estruturas preexistentes, às quais as reformas se adaptaram, elevando-a em comodidade, dignidade e ornato. Se atentarmos bem, elas realmente definiram os mais significativos logradouros. O Largo do Rocio acomodou-se ao Largo-da-Cavahada; ruas principais – perpendiculares à rua Direita – condescenderam a caminhos já abertos, contemplados inclusive por aforamentos; a Matriz e sua praça condicionaram a Catedral da Sé; o sítio do antigo quartel recebeu a praça e, bem adiantado o século XVIII, a definitiva Casa de Câmara e Cadeia. Enfim, e isto nos parece significativo, até mesmo o plano de reforma e aumento

⁸⁸ FONSECA. *Op. cit.* p.40.

⁸⁹ BASTOS, 2006, p. 04.

da povoação partiu das grandes estruturas urbanas que preexistiam".⁹⁰

Uma das premissas do Estado português era melhorar a arrecadação de impostos e a administração na região das Minas. Assim, todo o processo de reconstrução e ampliação dos núcleos urbanos, como sua ascensão a outros patamares (arraial, vila, comarca, cidade), foi um importante instrumento de controle alçado pela Coroa, apoiado na atuação das Câmaras. Foi especialmente a partir do século XVIII, quando houve um aumento significativo no número de construções, que o Estado passou a interferir diretamente no aspecto físico dos núcleos urbanos mais importantes através dos engenheiros militares. Esses profissionais começaram a ser enviados ao Brasil desde 1549⁹¹, e dentre os conhecimentos mais diversificados que precisavam deter estava o desenho, associado à cartografia e também à arte (croquis). As informações registradas através de um desenho poderiam determinar a qualidade de sua ação no plano arquitetônico e urbanístico. No Brasil, atuaram cerca de 244 engenheiros militares até o ano de 1822.⁹² A crescente necessidade do Estado português de consolidar a colonização utilizando-se da expansão territorial e do povoamento suscitou a abertura de escolas ou aulas militares para a formação de lentes engenheiros.

“Para o ensino militar foram criadas Aulas Régias em Portugal, cujo modelo foi transplantado para o Brasil nos finais do século XVII, principalmente para as províncias do Rio de Janeiro, da Bahia e Pernambuco, onde os engenheiros eram obrigados a se tornarem lentes para os que ali desejassem exercer a profissão. [...] O ensino militar e a formação de engenheiros militares fortaleceram no Rio de Janeiro. Pois com Jose Fernandes Pinto Alpoim, o ensino de Desenho começou a apresentar uma feição mais moderna. Em 1792, foi criada a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, dois anos após a criação da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho de Lisboa”.⁹³

Em 1745, a Vila do Carmo foi elevada a Cidade de Mariana devido à criação do Bispado e à chegada do bispo Dom Frei Manoel da Cruz para sua definitiva consagração em fins de 1748. Tudo isso ocorreu porque desde o ano de 1720 o rei D. João V intencionava criar em Minas a sede do novo bispado. Segundo Cláudia Damasceno da Fonseca, “Era verdade, portanto, que a vila do Carmo achava-se bastante decaída, e o rei decidiu, efetivamente, que uma nova cidade

⁹⁰ *Ibidem*, p. 09.

⁹¹ FONSECA. *Op. cit.* p. 43.

⁹² SOUZA; TRINCHÃO, (s/d), p. 02.

⁹³ *Ibidem*, p. 02-03.

deveria ser construída para acolher o bispado”.⁹⁴ Nesse contexto da criação do Bispado marianense, a cidade tornou-se o centro religioso de Minas, e, portanto, deveria ostentar uma imagem que refletisse a ordem social que Sua Majestade desejava estabelecer. Como afirma Denise Tedeschi, “a cidade transformou-se em um canteiro de obras. Diversas obras de reparo, ampliação, correção e manutenção das partes do organismo urbano de Mariana se iniciaram. Obras religiosas, civis e particulares delineavam um novo centro urbano”.⁹⁵ A Coroa contava com uma importante parcela da população formada nos saberes práticos e muitas vezes num conhecimento “despido de toda teoria da ciência”⁹⁶ - os chamados mestres de ofício, oficiais mecânicos.

Faz-se necessário, portanto, a reflexão sobre as seguintes indagações: quem executava as atividades *in loco* na lide diária dos canteiros de obras? Quem arrematava as obras requeridas pelo Senado da Câmara de Mariana nesse momento de reconstrução do núcleo urbano? Qual o perfil social desses arrematantes? Esses homens exerciam monopólio sobre os contratos de obras públicas? Havia distinção entre esse grupo e os demais oficiais mecânicos que não arrematavam grandes obras?

2.2. Oficiais mecânicos na Cidade de Mariana

A sociedade mineira, mesmo com o declínio da mineração, a partir de meados do século XVIII, acabou por acumular riquezas cujos vestígios estão nas construções e nas obras de arte das hoje cidades históricas.⁹⁷ Neste estudo, busca-se analisar como, na segunda metade do Setecentos, vivia e se representava o grupo privilegiado de oficiais mecânicos dessa sociedade colonial em formação, e como ascenderam economicamente alguns dos arrematantes de obras públicas que atuaram na cidade de Mariana. Nesse pequeno recorte, não deixamos, no entanto, de considerar os negros e mestiços, cativos ou forros, que auxiliaram em grande medida na lide diária das construções arrematadas. Esta pesquisa tornou-se viável pelo acesso ao banco de dados elaborado

⁹⁴ FONSECA. *Op. cit.* p.41

⁹⁵ TEDESCHI, 2007, p.74-75

⁹⁶ MENESES, 2007, v.23, n° 37, p. 167, “uma geometria prática despida de toda a teoria da ciência”.

⁹⁷ FAUSTO. *Op. cit.* p.105

pela equipe do Programa Cantaria, formada pelos professores Carlos Alberto Pereira e Fabiano Gomes da Silva e pelos pesquisadores Crislayne Gloss Marão Alfagali, Denise Maria Ribeiro Tedeschi e Kelly Eleutério Machado de Oliveira. O levantamento das obras públicas arrematadas junto à Câmara de Mariana contemplou os sete livros de contratos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana, correspondentes ao período de 1715 a 1863. Os ofícios que constaram do levantamento foram os de alfaiate, carpinteiro, cirurgião, ferrador, ferrador e alveitar, ferreiro, ferreiro e ferrador, ferreiro e serralheiro, ofício do ouro e da prata, ourives, parteira, pedreiro, pedreiro e canteiro, sangrar, sapateiro, seleiro e serralheiro.⁹⁸

Escolhemos, dentre os oficiais que arremataram obras a partir de 1745 até o fim do século, aqueles que se destacaram pelo número de serviços contratados. A escolha do marco inicial, 1745, diz respeito aos preparativos para o estabelecimento do novo Bispado em Mariana, havendo uma maior preocupação por parte do rei e das autoridades locais com a aparência da cidade. Refere-se ainda à construção de novos edifícios na região devido ao projeto de urbanização da cidade. Não apenas Mariana, mas também Vila Rica, passam por um aumento no número de edificações a partir de meados do Setecentos. Segundo Fabiano Gomes da Silva, “essa função dinamizadora da produção de bens arquitetônicos sempre coube às irmandades, ordens terceiras e confrarias religiosas, que financiaram projetos monumentais na segunda metade do século XVIII”.⁹⁹ Porém, para o autor, as câmaras se tornaram o principal cliente da primeira metade da centúria. Esta monografia, desse modo, deseja lidar com algumas lacunas relativas a esse aspecto. Valendo-nos das técnicas da micro-história, procuraremos acompanhar as trajetórias de alguns oficiais que tinham suas lides relacionadas à realização de obras públicas contratadas pela Câmara de Mariana. Assim, poderemos observar como tais sujeitos históricos construíram uma rede de estratégias e de relações sociais nas mais diversas esferas de suas vidas durante a segunda metade do século XVIII. Objetivamos entender através de que instituições esses oficiais buscavam se inserir e representar na sociedade, quais eram suas possibilidades de ascensão, e como se definiam em termos de origem, condição econômica e estrutura de posses.

Para contribuir com a discussão acerca do mundo do trabalho na colônia, trataremos do cotidiano

⁹⁸ AHCMM. *Índice de Obras Públicas de Mariana (1715-1863)*. No prelo. Códices consultados: 160, 180, 122, 135, 220, 377 e 210.

⁹⁹ SILVA. *Op. cit.* p. 15.

de alguns dos principais arrematantes de obras públicas, homens importantes no cenário sócio-cultural do Setecentos. Não estamos afirmando a predominância dos oficiais brancos nos canteiros de obras, mas, sim, seu destaque nas arrematações de contratos para o Senado da Câmara de Mariana. Estamos nos referindo ao perfil social e às relações cotidianas de alguns trabalhadores manuais que satisfizeram as necessidades da Câmara de executar as construções propostas.

Contudo, não podemos perder de vista que tratamos de uma sociedade colonial em formação, diferente da metropolitana. Esse processo se intensificou em torno da segunda metade do Setecentos, tendo acompanhado o apogeu e o declínio da extração aurífera. Nela, o estabelecimento das estruturas econômicas, políticas, sociais e culturais foram se delineando de maneira conflituosa, não sendo uma simples transposição do que existia no Reino. A população total da Capitania de Minas era composta por homens nascidos na colônia, reinóis, migrantes de outras áreas coloniais, mestiços e ainda de africanos, especialmente escravos. Segundo Marco A. Silveira, a formação das Minas Gerais foi inserida no contexto mais amplo de “contradições típicas das sociedades corporativas de Antigo Regime”.¹⁰⁰ No Portugal setecentista, o fortalecimento de políticas regalistas e a defesa do Padroado e do episcopalismo, especialmente no governo ilustrado do ministro Sebastião de Melo e Castro, o Marquês de Pombal, implicou uma tentativa de fomentar o poder da Igreja submetida ao do Estado. Tratamos de um período caracterizado por contradições entre o velho e o novo, pela difusão das idéias iluministas e pelo aumento do prestígio do grupo de homens ilustrados, tanto no Reino quanto nos domínios coloniais. Ao passo que novas idéias questionavam a tradição, muito dela foi mantido - as práticas mercantilistas, por exemplo, adquiriram novo vigor durante o ministério pombalino. Embora tenha sido um período de significativas mudanças, as rupturas com os antigos pressupostos não se deram de forma radical, visto que sempre houve uma tentativa de conciliação.

As sociedades coloniais expressaram muitas das contradições existentes em Portugal; devemos, porém, ressaltar a peculiaridade resultante da escravidão. Dessa maneira, não podemos tomar a sociedade de Mariana como um simples reflexo da Metrópole quando analisamos esse pequeno

¹⁰⁰ SILVEIRA, Marco A. Sociedade. In: ROMEIRO; BOTELHO, 2003, p. 284.

grupo de oficiais mecânicos. A começar pelas corporações de ofício, que para cá não foram simplesmente transplantadas. Suas ações produtivas teriam continuado a se apresentar em sua *rusticidade* eficiente, sem as agremiações corporativas e baseadas em iniciativas individuais.¹⁰¹ Esse grupo se estruturou, então, de maneira diferente da que acontecia no Reino:

“e mesmo os ofícios mecânicos, tão ponderáveis numa economia mais urbanizada e especializada, não desfrutaram da variedade encontrada na América Espanhola ou de uma estrutura de representação como a Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa”.¹⁰²

Para José Newton Coelho Meneses, “A condição de oficial mecânico em Lisboa situa indivíduos em patamares materiais e sociais distintos, considerando-os, às vezes, como peças sociais primordiais, outras vezes como *párias* sociais entregues às mãos da polícia”.¹⁰³ Na sociedade em questão, a colonial mineira, não podemos perder de vista que os oficiais mecânicos não eram considerados, *stricto sensu*, cidadãos.¹⁰⁴ Embora pudessem se inserir no contexto social do período, possuíam o defeito mecânico.

A comparação com a capital do Reino, Lisboa, proposta por Meneses, contribui bastante para que possamos compreender o universo laboral na região das Minas durante a segunda metade do século XVIII e princípios do XIX. A Lisboa setecentista era um espaço urbano em reconstrução por ter sido acometida pelo grande terremoto¹⁰⁵ de 1755 e serviu de modelo, por sua estruturação ordenada, a outros concelhos do Reino e aglomerações do mundo ultramarino. Ao discorrer sobre os ofícios mecânicos *rústicos* (ferreiros, latoeiros, pedreiros, carpinteiros, carapina etc.), diferenciando-os dos artífices ligados à imaginária, à pintura, ao entalhe e à escultura, o autor procura compreender como atividades essenciais à sobrevivência daquelas sociedades, e nesse sentido *banais*, podem revelar aspectos culturais importantes. Meneses busca compreender a relação das camadas artesãs com o poder local constituído pelas câmaras, e, através da comparação com a organização do trabalho artesão em Lisboa, trata da inserção do trabalho manual desenvolvido nas Minas. Essa porção da colônia seria um exemplo rico e específico¹⁰⁶ em

¹⁰¹ MENESES, 2003, p. 13-45.

¹⁰² SILVEIRA, 2003. *Op. cit.*

¹⁰³ MENESES, 2005, p. 402.

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 401.

¹⁰⁵ Sobre a história do terremoto de Lisboa ver TAVARES, Rui. *O pequeno livro do grande terramoto*.

¹⁰⁶ Meneses critica as visões historiográficas que especificam em demasia as Minas. Assim, essa especificidade não significa destacá-la do contexto colonial, pois não a isola de um contexto geral que lhe dá fundamento.

sua historicidade por não apresentar claramente os resquícios medievais de uma sociedade corporativa.

A condição mecânica foi importante obstáculo à nobilitação no Antigo Regime. A noção de *defeito mecânico* refere-se ao preconceito que marcava a atividade manual.¹⁰⁷ Segundo Meneses,

“o oficial mecânico nas sociedades de Antigo Regime é aquele indivíduo que tem atividade laboral essencial para a fundamentação da sociedade, mas que, por outro lado, possui um estatuto que o coloca em uma condição jurídica inferior ao da elite social, a nobreza, não assumindo posições e funções a ela destinadas”.¹⁰⁸

Em Portugal, os privilégios concedidos aos representantes dos oficiais mecânicos conferiam distinção e propiciavam sua ascensão social, bem como a de seus descendentes. Todavia, não descaracterizavam o defeito mecânico, pois a única maneira de apagar tal estigma era por meio da declaração na câmara do não exercício do ofício.¹⁰⁹

2.3. Principais arrematantes de obras públicas em Mariana a partir de 1745

Através do índice de obras públicas financiadas pelo Senado da Câmara de Mariana, elencamos alguns oficiais mecânicos que se destacaram por terem realizado mais arrematações durante a segunda metade do século XVIII. A fim de traçar seu perfil social, econômico e cultural, recorreremos aos testamentos e inventários *post-mortem* de sete oficiais: o alferes Sebastião Pereira Leite, Sebastião Martins da Costa, o alferes Francisco Álvares Quinta, Bento Marinho de Araújo, João de Caldas Bacelar, Cosme Fernandes Guimarães e o alferes José Pereira Arouca. Quanto às obras públicas arrematadas pelos referidos oficiais constam a construção de calçadas, pontes, pinguelas, fontes, chafarizes, paredões, muros e edifícios públicos.¹¹⁰

Em busca de referências dos oficiais citados na importante obra de Judith Martins, o *Dicionário*

¹⁰⁷ MENESES, 2003. *Op. cit.* p. 14.

¹⁰⁸ *Ibidem*, p. 33.

¹⁰⁹ SILVA, 2007, p.73.

¹¹⁰ AHCMM. *Índice de Obras Públicas de Mariana (1715-1863)*. No prelo.

de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais, deparamos com importantes informações¹¹¹. Como todos os nomes que utilizamos nesta pesquisa estão registrados no *Dicionário*, apresentaremos dados relevantes sobre obras que não eram públicas.

Sebastião Pereira Leite é identificado como calceteiro. Sebastião Martins da Costa consta como carpinteiro; foram apontadas como obras suas consertos nas torres da Casa de Câmara e Cadeia em Vila Rica e na igreja marianense de Nossa Senhora do Rosário, em parte paga pela Irmandade do mesmo nome.¹¹² De Francisco Alves Quinta, pedreiro, constam as obras que fez na Igreja de Nossa Senhora do Carmo e na de Nossa Senhora das Mercês, pagas pelas respectivas irmandades.¹¹³ Em referência a Bento Marinho de Araújo, também pedreiro, há o reboque na torre da Igreja do Carmo, contratado pela Irmandade.¹¹⁴ Do pedreiro João de Caldas Bacelar destacamos as obras realizadas na Sé Catedral, na Igreja de Nossa Senhora das Mercês e na Casa Capitular, esta última realizada em sociedade com José Pereira Arouca.¹¹⁵ Cosme Fernandes Guimarães é registrado como oficial de carpinteiro. E, por fim, José Pereira Arouca é arrolado como pedreiro e carpinteiro, tendo contratado, além da sepultura de Dom Frei Manoel da Cruz e da pia batismal da Capela de Nossa Senhora de Oliveira, obras na Igreja de São Francisco de Assis, na Casa Capitular, no Seminário Nossa Senhora da Boa Morte, na Catedral de Mariana, na Igreja de Nossa Senhora do Carmo e na capela-mor e na sacristia da Igreja do Bom Jesus do distrito de Furquim.¹¹⁶

2.4. Testamentos e inventários *post-mortem* dos principais arrematantes de obras públicas

Na busca de indícios acerca desses trabalhadores e de suas relações cotidianas, utilizamos

¹¹¹ A pesquisadora utilizou-se de documentação diversa encontrada nas seguintes instituições: Arquivo Eclesiástico do Serro, Arquivo Público Mineiro, Biblioteca Nacional, Câmara Municipal de São João del-Rei, Câmara da Vila do Príncipe, Cartório José Joviano de Aguiar - Diamantina, Cartório de Simão Neto de Carvalho - Mariana, Cartório do 1º e 2º ofícios de Ouro Preto, Cartório do 1º e 2º ofícios de Mariana, Cúria Metropolitana de Mariana e também diversos arquivos paroquiais mineiros.

¹¹² MARTINS, 1974. v.1. n.º. 27, p. 218.

¹¹³ MARTINS, *op. cit.*, p. 148.

¹¹⁴ *Ibidem*, p. 47.

¹¹⁵ *Ibidem*, p. 93.

¹¹⁶ *Ibidem*, p. 60-74.

documentos cartorários como os inventários e testamentos. Essas fontes manuscritas são de grande importância para a História Social por seu inegável auxílio na compreensão da vida material de mestres de ofícios que viveram e exerceram o seu labor na cidade de Mariana em meados do Setecentos. Os testamentos arrolados não trazem, como os inventários, um detalhamento dos bens móveis e imóveis. Porém, trazem informações importantes acerca da naturalidade, do nome dos pais, de irmandades e ordens terceiras a que pertenciam, das esmolas ou doações que deixavam, da indicação do local em que seriam sepultados, da preocupação com o amortalhamento, bem como do número de missas a serem rezadas pelas suas alma e ainda, mesmo que resumidamente, da descrição dos bens e dívidas deixados. Já os inventários, “ações processuais que objetivam fazer um balanço dos bens e dívidas de uma pessoa, após seu falecimento”¹¹⁷, contêm uma ou mais listagens dos bens deixados pelo falecido, de forma detalhada e com valores avaliados por louvados. No decorrer deste trabalho monográfico, chamou-nos a atenção, além da origem portuguesa dos oficiais, o número de imóveis que possuíam (ver tabela 1), suas dívidas e seus plantéis de escravos.

TABELA 1

Bens imóveis

Oficiais	Imóveis (montante)	Sesmarias/ Terras minerais
Bento Marinho de Araújo	2:161\$600	–
João de Caldas Bacelar	2:195\$000	1:000\$000 (1)
Francisco Alves Quinta	600\$000	–
Sebastião Martins da Costa	800\$000	600\$000 (2)
Total	4:456\$600	800\$000

Fonte: AHCSM, Inventários 1º e 2º Ofícios, Códices: 89, 92 e 139.

(1) “uma sesmaria de terras de planta que partem com Constantino da Silva fica no rio do Casca infestada dos gentios; tem outra sesmaria no dito rio do casca que partem com o Capitão Francisco Luiz Manoel Rodrigues Coura”; “uma sesmaria de terras brutas que partem com a fazenda da sociedade com o Padre José Lopes João Rodrigues”.

(2) “uma roça com terras e águas minerais com casas de vivenda e mais pertences comprada de Pedro da Fonseca Magalhães na freguesia de Guarapiranga na paragem de Nossa S da Conceição”.

Em relação à naturalidade dos oficiais, encontramos as seguintes referências: o alferes Sebastião Pereira Leite declarou ser natural e batizado na “Freguesia de São Pedro de Alvinho Cabeceiros

¹¹⁷ MENESES, 2003. *Op. cit.* p. 27.

de Basto, Arcebispado de Braga, Comarca de Guimarães”¹¹⁸; Bento Marinho de Araújo, “natural e batizado na freguesia de Santa Maria termo de Valença do Minho, Arcebispado de Braga”¹¹⁹; João de Caldas Bacelar, “natural e batizado na freguesia de São Pedro de Cima, termo de Valadares, comarca [?], Arcebispado de Braga”¹²⁰; Francisco Alves Quinta, “natural do reino de Portugal, natural e batizado na freguesia do Couto de São Miguel de [?] termo da Ponte de Lima, Arcebispado de Braga”¹²¹; Sebastião Martins da Costa, natural da “freguesia de São Pedro [corroído] Acerbispado de Braga”¹²²; Cosme Fernandes Guimarães, “natural de São Romão [?] termo de Guimarães Arcebispado de Braga”¹²³; e, por fim, José Pereira Arouca “declara ser natural da Freguesia de São Bartholomeu da Villa de Arouca Bispado de Lamego”.¹²⁴ Como nos afirma Fabiano Gomes da Silva:

“No século XVIII, milhares de portugueses cruzaram o Atlântico sonhando com melhores dias na afamada região das pedras e dos metais preciosos do Brasil, deixando para trás famílias, parentes e amigos que dificilmente tornariam a ver. Muitos desses homens eram oficiais e mestres em suas comunidades, com experiência em ofícios necessários para as vilas e arraiais mineiros”.¹²⁵

Há indícios de que os mestres de ofício escolhidos realizavam outras atividades além do exercício de seus ofícios. Essa possibilidade foi levantada por depararmos, nos inventários de alguns dos oficiais, com um grande volume de dívidas ativas. Através dos nomes dos devedores e da especificação do valor da maioria das dívidas, podemos levantar o seguinte questionamento: Esses mestres de obras também realizavam empréstimos ou essas dívidas estavam relacionadas a trabalhos prestados?

O estudo de Raphael Freitas Santos acerca das práticas creditícias na comarca do Rio das Velhas durante o século XVIII nos ajuda a compreender o grande número de referências a dívidas nos inventários e testamentos. Para o autor, nos casos de realização de empréstimos, o credor passava uma determinada quantia ao devedor, que, por sua vez, deveria devolvê-la em um prazo

¹¹⁸ AHCSM, Livro de Registro de Testamentos 1º Ofício, Nº 45, fl. 160.

¹¹⁹ AHCSM, Livro de Registro de Testamentos 1º Ofício, Nº 76, fl. 46.

¹²⁰ AHCSM, Inventários 1º Ofício, Códice 154, Auto 3244.

¹²¹ AHCSM, Inventários 2º Ofício, Códice 139, Auto 2801.

¹²² AHCSM, Inventários 2º Ofício, Códice 89, Auto 1923.

¹²³ AHCSM, Livro de Registro de Testamentos 1º Ofício, Nº 41, fl. 27 v.

¹²⁴ AHCSM, Inventários 1º Ofício, Códice 116, Auto 2330.

¹²⁵ SILVA, 2006. *Op. cit.* p. 286.

estabelecido: “Os contratos que sustentavam tal prática, na maioria das vezes, foram realizados apenas de palavra ou por meio de escritura privadas”.¹²⁶ Em relação aos empréstimos de grandes somas, havia um maior cuidado por parte dos credores, como o estabelecimento de juros ou as hipotecas. Esse aspecto aparece, por exemplo, no registro de um dos empréstimos realizados pelo oficial João de Caldas Bacelar: “um credito passado ao falecido por Antonio Francisco da Silva em 02 de março de 1772 com hipotecas de umas lavras e casas 196\$487”.¹²⁷ Há também o registro de outra dívida em cartório:

“uma escritura passada ao falecido pelo capitão Luis Alves Caldas na nota do segundo Tabelião desta cidade no livro 61 a folhas 82 pela qual se constituiu o mesmo devedor ao dito falecido por segurança da qual hipotecou uma fazenda de terras de cultura e minerais e águas na freguesia de Catas Altas do mato dentro na quantia de 1:154\$189”.¹²⁸

Ocorria ainda a escrituração das garantias de pagamento em documentos públicos, como os livros de notas, ou em documentos privados, os créditos.¹²⁹ Nesse sentido, os termos “deve por crédito” ou “um crédito passado a”, tão presentes nas descrições de dívidas ativas, significam que a dívida fora ajustada através de um documento, o crédito. Por exemplo: “um crédito feito e assinado por Pedro Ferreira da Silva em 26/10/1791 a pagar em um ano a metade e o resto no fim de dois anos e tem vários recibos e resta 55\$162 e meio”.¹³⁰

Nos inventários de Sebastião Pereira Leite, João de Caldas Bacelar, Francisco Álvares Quinta e Bento Marinho de Araújo, encontramos o registro de dívidas ativas, listadas de forma a apresentar o nome dos devedores (pessoas ou instituições), o valor da dívida e, algumas vezes, a data de vencimento para pagamento do crédito. Não há referência ao motivo do empréstimo, o que dificulta a resposta à questão feita anteriormente. Quanto a Sebastião Martins da Costa e José Pereira Arouca, não localizamos registros de dívidas em seus inventários.

No inventário de Sebastião Pereira Leite encontramos dívidas abonadas: “um credito passado ao falecido por Jose Luiz Rabelo e abonado por Manoel Nogueira da Fonseca 48\$543”. Em outros

¹²⁶ SANTOS, 2005, p. 137.

¹²⁷ AHCSM, Inventário 1º Ofício, Códice 154, Auto 3244.

¹²⁸ *Ibidem*.

¹²⁹ SANTOS. *Op. cit.* p. 138-139.

¹³⁰ AHCSM, Inventário 1º Ofício, Códice 154, Auto 3244.

casos, a dívida era passada para uma instituição, como vemos no inventário de João de Caldas Bacelar: “um dito feito e assinado por Manoel Alves (?) em 07/06/1793 cujo crédito é passado a irmandade de Santa Ana da quantia de 48\$075”.¹³¹

Através dos registros de dívidas ativas e passivas na documentação levantada, podemos verificar a formação de uma rede de crédito consideravelmente extensa. Nas dívidas ativas de João de Caldas Bacelar, o número de devedores envolve mais de cinquenta nomes diferentes. Assim, podemos concluir que dentre os ditos oficiais mecânicos, alguns se destacaram como importantes credores (ver tabela 2). Segundo Fabiano Gomes da Silva, para assegurar sua participação no mercado de trabalho, era importante para esses oficiais a formação de redes de sociabilidade e camaradagem, sendo imprescindível o estabelecimento de boas relações com as pessoas ligadas ao Estado, a irmandades, a ordens terceiras, a membros das elites locais e a fiadores respeitáveis. Esses últimos eram pré-condição para o estabelecimento de uma arrematação, o que contribuía para formação de redes clientelares.¹³² Acreditamos que tais redes de crédito também propiciaram a formação de vínculos sociais por prestação de favores, o que pode ter servido para que os ditos oficiais se inserissem na sociedade marianense - além de poderem representar sua condição de homens abastados, seja pelo empréstimo de dinheiro ou pelo montante que recebiam com as obras arrematadas ou contratadas. Para Silva, “Talvez, eles buscassem espaços para fora das categorias de homens vis ou de oficiais infames que os limitavam socialmente”.¹³³

TABELA 2
Montemores e Dívidas ativas

Inventariados	Montemor	Dívidas ativas
Sebastião Pereira Leite	Sem registro (1)	3:923\$708
João de Caldas Bacelar	14:199\$299 e ½	3:595\$059 e ½
Francisco Álvares Quinta	2:317\$654	520\$087 e ½
Bento Marinho de Araújo	4:520\$551 e ½	666\$027

Fonte: AHCSM, Inventários 1º Ofício, Códices 135, 92, 139 e 89.

(1) Não há o item monte-mor neste inventário. Mas a soma de todos os bens arrolados, é de aproximadamente 4:406\$788.

¹³¹ AHCSM, Inventário 1º Ofício, Códice 154, Auto 3244.

¹³² SILVA, 2006. *Op. cit.* p. 290.

¹³³ *Ibidem*, p. 293.

Outro dado que nos chamou atenção foi o número de escravos pertencentes a cada oficial (ver tabela 3). Ressaltamos que, nos inventários consultados, os escravos eram simplesmente um bem como qualquer outro, algumas vezes arrolados em seguida aos animais ou a outros bens materiais. Nem mesmo os escravos registrados como oficiais mecânicos estavam arrolados como aprendizes de seus donos e mestres de ofício.

TABELA 3
Plantéis de escravos por oficial (detalhado)

Oficiais	Número de escravos			Origem			Total	
	Inventariados	Especializados	Mulheres	Homens	Nascidos na colônia	Africanos(1)	Outros	Total
Sebastião Pereira Leite		0	1	5	4	1	1	6
Sebastião Martins da Costa		1	4	10	2	10	2	14
Francisco Álvares Quinta		1	5	7	10	3	–	13
Bento Marinho de Araújo		0	3	9	4	8	–	12
João de Caldas Bacelar		1	11	19	21	8	1	30
José Pereira Arouca		21	1	25	4	21	1	26
Totais		24	25	72	45	51	5	101

Fonte: AHCSM, Códices 89, 139, 135, 154 e 116.

(1)Etnias dos escravos africanos: África Ocidental – Cabo Verde, Fula, Mina, Nagô e Sabaru, Costa do Marfim, Guiné e Nação Courana; África Central Atlântica – Angola, Basa, Bemba, Benguela, Cabinda, Cassange, Congo, Ganguela, Massangano, Monjolo, Muhembé, Mutemo, Quissama, Rebolo e Xamba, e São Tomé; África Central da Costa do Índico – Moçambique; Indefinida – Xará, Nação Fam, Cobú, Nação Ladano, Nação Cambudá, Bique e Moconco.¹³⁴

¹³⁴ PAIVA, 2006, p. 71. Em nosso levantamento há referências apenas às etnias Mina, Angola, Benguela, Cabinda (ou Cabunda), Congo, Monjolo, Rebolo e Moçambique.

De um total de 101 escravos apresentados nos inventários, 24 eram especializados, ou seja, detinham o conhecimento de determinado ofício e podiam auxiliar seus donos na execução de seu labor, como nas obras arrematadas pela Câmara de Mariana. Dessa maneira, surge o seguinte questionamento: tendo em vista o considerável número de obras públicas arrematadas e considerando as obras contratadas por particulares, podemos afirmar que apenas esse reduzido número de escravos especializados ajudava na lide diária dos canteiros de obras?

A documentação consultada é lacunar a respeito da condição de escravo especializado. Todavia, ressaltamos que esses cativos eram avaliados com um preço maior do que o dos escravos não especializados. No inventário de Sebastião Martins da Costa, seu “mulato Serrador Manoel 28 anos” foi avaliado em 200\$000; o cativo de Francisco Álvares Quinta, “Francisco Angola Pedreiro 40 anos”, em 160\$000; o de Bacelar, “Joao Carapina Benguela 42 anos [em] 130\$000”. A escravaria de Arouca abarcava as seguintes especializações: João Caetano Crioullo, 30 anos, oficial de carpinteiro, 160\$000; João Angolla, 40 anos, oficial de carpinteiro, 150\$000; Matheus [Cabunda], 45 anos, oficial de pedreiro, “quebrado”, 140\$000; Antonio Carioca Pedreiro, 65 anos, 70\$000; Antonio Grande Angolla Serrador, 50 anos, 160\$000; Domingos Angolla Serrador, 58 anos, 80\$000; Domingos Angolla Capitão serrador, 70 anos, 20\$000; Domingos Angolla Serrador, 60 anos, 75\$000; Miguel Angolla Candimba, 45 anos, oficial de ferreiro, 200\$000; Joaquim Angola cabouqueiro,¹³⁵ 42 anos, 130\$000; André Angolla cabouqueiro, 40 anos, 150\$000; Pedro Angolla capineiro, 60 anos, 30\$000; e ainda Antonio Benguella serrador, Jose Guipamá Angolla serrador, Pedro Angolla serrador, Jacintho Cabunda serrador, Antônio Carioca Crioullo carreiro,¹³⁶ Miguel Angolla companheiro do dito carreiro, João Angolla Velho carpinteiro, Damião Angolla cabouqueiro e Joaquim servente. Esses últimos escravos, para os quais não há referência ao valor, foram adicionados aos bens arrolados e, como consta do inventário, não teriam sido avaliados junto aos demais porque “não [se] apresentava[m] para serem avaliados, por estarem no mato tirando madeiras, e carregando os [?], e que protestava apresentá-los bem como uma corda de cano, uma gamela, vários bois de carro, e um carro

¹³⁵ BLUTEAU. *Op. cit.* p. 216. “Cavouqueiro ou Cabouqueiro. O primeiro me parece melhor, porque vem de cavar. O que arranca pedras; o que corta, & tira as pedras da pedreira”.

¹³⁶ *Ibidem*, p. 164. “O que acarreta com carro”; “O que governa hum carro com boys”.

ferrado, e uns folles”.¹³⁷

Os escravos dos oficiais estudados também formavam famílias durante o cativeiro. A família escrava esteve presente em quase todos os inventários arrolados. Dentre os escravos do alferes Sebastião Martins da Costa, encontramos “Jose Crioulo 22 anos 180\$000; Ana Mina 45 anos 90\$000 mãe do escravo anterior”. No plantel de Francisco Álvares Quinta, havia “Joana Angola 50 anos doente das pernas 60\$000; Maria Crioula filha da dita 20 anos 110\$000; Rosaura Crioula filha da mesma 8 anos 70\$000”. Em relação aos escravos do oficial Bento Marinho de Araújo, nos deparamos com um caso interessante em que a família é arrolada e avaliada com um só preço: “Manoel de nação Angola 30 anos e sua mulher Gracia Angola de 25 anos e seu filho Marcelino crioulo 1 ano e meio 275\$000”. No considerável plantel de João de Caldas Bacelar, temos o registro de mais famílias, “Luciana Crioula 28 anos 120\$000; Maria Crioula filha da anterior 18 anos 80\$000; Claudina também filha daquela 3 anos 50\$000; Joana Crioula 40 anos 105\$000; Romana Crioula também filha 4 anos 60\$000; Emerenciana crioula filha também 7 anos 70\$000; Leonor crioula filha também 12 anos 100\$000;” e ainda “Paula Crioula 36 anos 130\$000, Luciano Crioulo filho da dita de 5 anos 70\$000; Joaquina Crioula filha da dita 20 anos 135\$000”.

Como a posse de escravos era um indício de riqueza e predominavam nas vilas mineiras plantéis de quatro a seis cativos por proprietário, estamos diante de um pequeno grupo de homens abastados que se destacavam socialmente mesmo sendo oficiais mecânicos. Tais oficiais monopolizavam as arrematações das obras do Senado da Câmara. Segundo o índice de arrematação de obras públicas¹³⁸, foram arrematadas, no período de 1745 a 1800, 240 obras, nas quais atuaram 85 oficiais diferentes. Os sete oficiais tratados arremataram 95: Sebastião Pereira Leite arrematou um total de 14 obras públicas entre os anos de 1746-1756; Sebastião Martins da Costa, 6 construções entre 1746 e 1753; Francisco Alves Quinta, 14, em 1790-1806; Bento Marinho de Araújo, 7, em 1755-1769; João de Caldas Bacelar, 15, de 1758 a 1773; Cosme Fernandes Guimarães, 14, em 1753-1778; e José Pereira Arouca, aproximadamente 25 obras no período de 1768-1794.¹³⁹

¹³⁷ AHCSM. Inventários 1º Ofício, Códice 116, Auto 2330.

¹³⁸ AHCMM. *Índice de Obras Públicas de Mariana (1715-1863)*. No prelo.

¹³⁹ *Ibidem*.

Fabiano Gomes da Silva chama a atenção para a existência das *fábricas*. Fazendo referência à “idéia de casa ou de oficina, relacionada ao fazer mecânico, o termo nos serve para designar o conjunto de trabalhadores, equipamentos, materiais e infra-estrutura que envolvia os oficiais pedreiros e carpinteiros em suas construções”.¹⁴⁰ Nos inventários consultados, encontramos referências a possíveis *fábricas* - como no caso do imóvel arrolado de Sebastião Martins da Costa:

“uma morada de casas assobradadas cobertas de telha com seu quintal com muro de pedra com *casas de fabrica* e despejo e outras mais contíguas que partem pela parte do nascente com o capitão Domingos Pinto Coelho citas nessa cidade ao pé da igreja do Rosário vistos e avaliados carapinas práticos [...] 800\$000”.¹⁴¹

De uma adição consta o “inventário dos bens existente nessa fazenda pertencente ao falecido João de Caldas Bacelar e seu sócio o Alferes Francisco Afonso Lage”.¹⁴² A descrição da referida fazenda nos leva a considerá-la como uma *fábrica* pela presença das ferramentas. Mas ela possuía também terra de culturas, cabeças de porcos e plantações já estabelecidas - ou seja, a agricultura e a pecuária estavam presentes ao lado do exercício do ofício. Por se tratar de uma sociedade, podia haver o exercício de mais atividades paralelas a seu ofício. Poderia ter realizado a produção de gêneros voltada ao abastecimento do mercado interno existente em Mariana? É o que sugere a seguinte descrição.

“oito enxadas 4\$800; quatro enxadas 4\$800; uma enxada \$300; duas balanças de ferro 4\$800; quatro machados 4\$800; um machado \$600; uma serra de mão e um martelo e dois formões um compasso pequeno um facão e um serra braçal velha 3\$000; três carros sem ferragem 18\$000; um boi 4\$800; uma vaca 4\$800; quarenta cabeças de porcos 14\$000; uma sesmaria de terras brutas que partem com a fazenda da sociedade com o Padre José Lopes João Rodrigues 800\$000; um canavial 100\$00; uma fazenda com terras de cultura capoeiras e matos virgens arvores de espinho café casas de vivenda paiol moinho senzalas engenho de bois de moer cana tudo coberto de telhas ranchos cobertos de capim que partem com João Rodrigues de Carvalho Domingos Ferreira e está na paragem chamada Boa Vista do Turvo Sujo 2:300\$000; um sino pequeno quebrado 3\$600 e um outro dito novo 7\$200”.

Além disso, as dívidas ativas apontadas anteriormente sinalizavam operações creditícias. Destaque-se que oficial João de Caldas Bacelar foi o mais abastado dentre os arrolados.

¹⁴⁰ SILVA, 2006. *Op. cit.* p. 287.

¹⁴¹ AHCSM. Inventário 2º Ofício, Códice 89, Auto 1923. (Grifo nosso).

¹⁴² AHCSM, Inventário 1º Ofício, Códice 92, auto 1928.

Não foram localizados no índice do AHCMM o registro das licenças ou as cartas de exames de seis dos sete oficiais em questão.¹⁴³ A exceção foi o registro do oficial Cosme Fernandes no ofício de carpinteiro, em 1739, na Vila de Nossa Senhora do Carmo, constando como examinadores Paulino Henriques e Manoel Martins Mendes. Alguns oficiais aparecem como examinadores: Sebastião Martins da Costa, em 1747; Bento Marinho de Araújo, em 1756 e 1757; Cosme Fernandes Guimarães, em 1757 e 1778. Contudo, mesmo não sendo encontrado o registro das cartas de exames destes oficiais, podemos, no mínimo, considerá-los mestres de ofício, pois, além do considerável número de arrematações, atuaram como examinadores de ofício. Encontramos outros dados no já citado *Dicionário* de Judith Martins. Assim, o oficial Sebastião Martins da Costa figura, em Ouro Preto, com a respectiva indicação do ofício de carpinteiro no período de 1737 a 1745, aparecendo como juiz do dito ofício entre 1741 e 1744.¹⁴⁴ Cosme Fernandes Guimarães figura com a indicação do ofício de carpinteiro no livro de “Registro de cartas de exames de ofícios” do Arquivo da Prefeitura de Mariana; em 1752, foi eleito escrivão do mesmo ofício; nos anos de 1754, 1761 e 1776, foi eleito juiz¹⁴⁵. Salomão de Vasconcellos, em seu clássico estudo “Os ofícios mecânicos em Vila Rica no século XVIII”, verifica o processo de exercício dos ofícios mecânicos na vila. Na relação dos nomes de oficiais que registraram licenças e cartas de exames ou foram eleitos juizes de ofício, também há referência a Sebastião Martins da Costa nos termos de arrematações do período de 1737 a 1745. Dentre os registros das cartas de ofícios e provisões dos anos de 1741 a 1744, ele figura entre os juizes de carpinteiro; nas Atas da Câmara referentes ao período de 1742 a 1745, consta como eleito ao cargo de escrivão do ofício de carpinteiro.¹⁴⁶

No que concerne às irmandades e ordens terceiras, buscamos as informações que se seguem nos testamentos. Bento Marinho de Araújo foi irmão professo na Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, em Mariana, e desejou ser sepultado em sua capela; de esmolos, “declara que se sua terça exceder as missas que pediu para rezar se distribuirá 20 oitavas de esmolos a Nossa Senhora

¹⁴³ AHCMM. *Índice das Cartas de exame de ofício (1737-1806)*. No prelo.

¹⁴⁴ MARTINS, 1974. *Op. cit.* p. 218.

¹⁴⁵ *Ibidem*, p. 320-321.

¹⁴⁶ VASCONCELLOS, 1940. n° 04, p. 346-348.

do Carmo para as obras do novo templo”¹⁴⁷; ademais, deixou “30 missas na capela de Nossa Senhora do Carmo de uma oitava cada uma; 50 missas em altar privilegiado de um cruzado cada uma (...)”¹⁴⁸. Francisco Alves Quinta também pertencia à mesma Ordem e às irmandades do “Santissimo desta Catedral e do Senhor dos Passos”; quanto ao amortalhamento, se declarou irmão indigno da Ordem Terceira¹⁴⁹. Sebastião Martins da Costa declarou ser também professo na Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo da Cidade de Mariana, “em cujo habito será meu corpo amortalhado e acompanhado a sepultura pela mesma venerável Ordem pelas mais irmandades de que sou irmão”.¹⁵⁰

Nos primórdios da ocupação do interior da colônia, o Estado português impôs à região mineradora a proibição do estabelecimento de ordens religiosas regulares. Nesse quadro, as irmandades formadas por leigos foram responsáveis pela contratação dos religiosos para a realização dos ofícios sacros, bem como pela construção de templos.¹⁵¹ Esses sodalícios formados e administrados por seculares “estavam subordinados às autoridades civis, cabendo ao Ordinário tão-somente o cuidado para com as ‘cousas pias’, através de periódicas visitas eclesiásticas”.¹⁵²

Essas irmandades configuram-se como importante componente da História Social do Setecentos mineiro. Acreditamos ter sido através delas e das ordens terceiras que grande parte dos oficiais mecânicos conseguiram se inserir socialmente e demonstrar sua ascensão econômica, visto que “participam da hierarquia concebida como natural, e, mais que dela participar, buscam evidenciá-la em sua aparência. É necessário aos grupos laborais mostrarem-se ao corpo social em sua posição dentro da convenção construída culturalmente e esperada socialmente”.⁷⁷

Essas associações se fixaram em diferentes regiões da colônia. Como lembra Caio Boschi, “Se o ideal é a comunhão fraternal e o crescimento do culto público, às necessidades do espírito somam-se as do corpo; à celebração eucarística, a assistência material”.¹⁵³ Não foi apenas a

¹⁴⁷ AHCSM. Códice 92, auto 1928, 1º ofício, testamento dentro do inventário a fl. 10.

¹⁴⁸ *Ibidem*, fl. 10.

¹⁴⁹ AHCSM. Inventários 2º Ofício. Códice 139. Auto 2801.

¹⁵⁰ AHCSM. Inventários 2º Ofício. Códice 89. Auto 1923.

¹⁵¹ BOSCHI. *Op. cit.*, p. 02.

¹⁵² Ordenações do Reino. Livro 1, tít.62, *apud* BOSCHI, p. 15.

¹⁵³ *Ibidem*, p. 12.

questão devocional o motivo central de união desses homens, mas também a necessidade de se associarem em um momento de incertezas. Assim, as irmandades “podiam ser entendidas também como centro catalisador de individualidades atemorizadas pela morte e pela doença e ávidas por um espaço político”.¹⁵⁴

As Ordens Terceiras eram “associações pias que se preocupam, fundamentalmente, com a perfeição da vida cristã de seus membros (...) os terceiros se vinculam a uma ordem religiosa, da qual extraem e adaptam regras para uma vida cristã no mundo”.¹⁵⁵ Segundo Boschi, nelas a admissão era mais seletiva que nas demais irmandades, porquanto dentre os irmãos terceiros estavam aqueles de camadas mais elevadas, sendo a composição de seu quadro social mais sofisticada.

Em referência às irmandades, Fabiano Gomes da Silva afirma que os mecanismos de solidariedade e de identidade dos oficiais mecânicos que nelas se inseriam não estiveram exclusivamente assentados em categorias sócio-profissionais, estendendo-se para outros espaços e redes de relacionamento.¹⁵⁶ Quanto a isso, José Newton Coelho de Meneses descreve como os trabalhadores setecentistas em Minas utilizaram o acesso às irmandades e ordens terceiras para se inserirem e se representarem socialmente, já que configurada a ausência da organização em corporações de ofícios mecânicos, como ocorria em Lisboa.

Como foi dito acima, numa sociedade marcadamente corporativista como a de Lisboa, as classes profissionais se estruturavam através das inúmeras corporações de ofício e se representavam legalmente pela Casa dos Vinte e Quatro. Em Minas, por sua vez, foram as irmandades e ordens terceiras que serviram, para além da assistência material, como o canal privilegiado de ascensão social para esses trabalhadores manuais.

Os mestres de ofício ou oficiais mecânicos não estavam apenas inscritos em um contexto social e cultural mais amplo, nem foram simples reflexo do modo como essa sociedade se estruturou; também deixaram seu legado. Sua participação em agremiações leigas, especialmente nas ordens

¹⁵⁴ *Ibidem*, p. 13.

¹⁵⁵ Código do Direito Canônico. Cân. 702. *Apud* BOSCHI, p. 19.

¹⁵⁶ *Ibidem*, p. 16.

terceiras, conferia-lhes status. Não estavam à margem, pois eram homens abastados e com uma vasta rede de contatos, como podemos ver através do registro de dívidas ativas.

Considerações finais

Procuramos observar, ao longo dessa monografia, como esse pequeno grupo de oficiais se destacava na sociedade marianense de então. O estigma do defeito mecânico e o fato de não serem, *stricto sensu*, cidadãos não foram empecilho para que ascendessem econômica e socialmente, destacando-se da maior parte dos oficiais mecânicos. Os inventários, testamentos e fontes impressas indicam que se tratava de mestres de ofício abastados, todos com sua naturalidade portuguesa. No espaço colonial mineiro, fizeram parte de importantes ordens terceiras, destacando-se a de Nossa Senhora do Carmo em Mariana.

Ao longo do século, o núcleo urbano da região do Ribeirão do Carmo sofreu lentas, porém importantes transformações em sua organização. Deixou de ser arraial para ser elevado à categoria de Leal Vila, e posteriormente, de Cidade, centro religioso da Capitania. As transformações em seu núcleo urbano se intensificaram na segunda metade do Setecentos, relacionadas ao plano de reconstrução de uma nova Mariana, que acolheria a sede do Bispado.

Concomitante ao aumento das obras, houve o crescimento de um grupo de oficiais mecânicos e, entre eles, de uma variada camada de trabalhadores livres e escravos. Nas décadas do auge da mineração, estabeleceram-se no termo de Mariana reinóis e colonos de outras capitanias; essa camada compôs uma importante clientela que demandava o labor dos oficiais. Nesse período, a Câmara estabeleceu uma ampla demanda por quem executasse suas obras.

Esse grupo seletivo de oficiais, portugueses, monopolizou os contratos de obras públicas. Como se disse, eram homens abastados que possuíam imóveis, escravos e uma importante gama de dívidas ativas. Alguns deles, em decorrência do exercício do labor, mantinham relações entre si, constituindo sociedade e formando oficinas. Em meio à descrição de seus bens, aqueles relacionados às ferramentas de trabalho representam um pequeno valor de seus monte-mores. Todavia, são resquícios materiais fundamentais. Afinal, foram indispensáveis para que as obras contratadas pudessem ser efetuadas. Não encontramos todas as cartas de exame ou licenças que tivessem requerido à Câmara de Mariana - o que abre espaço para a possibilidade de tenham

sido feitas em Vila Rica. Porém, uma vez que alguns, pelo menos, atuaram como examinadores, podemos considerá-los mestres em seu ofício.

Fontes manuscritas

Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM)

Inventários 1º Ofício (1713–190)

Caixa 135 – auto 2824

Caixa 92 – auto 1928

Caixa 154 – auto 3244

Inventários 2º Ofício (1718-1909)

Códice 89 – auto 1926

Códice 89 – auto 1923

Códice 139 – auto 2801

Testamentos 1º Ofício (1732-1816)

Livro nº 74 – fl. 123

Livro nº 45 – fl. 160

Livro nº 41 – fl. 27v

Livro nº 44 – fl. 43v

Referências bibliográficas:

ANDRADE, Francisco Eduardo de. Espaço Econômico Agrário e Exteriorização Colonial: Mariana das Gerais nos séculos XVIII e XIX. In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998, p. 113-126.

ANTUNES, Álvaro de Araújo. Palco e Ato: O exercício e a administração da justiça nos auditórios da Câmara de Mariana. In: CHAVES, C. M. das G.; PIRES, M. do C.; MAGALHÃES, S. M. de. (orgs.). *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de história da Câmara Municipal*. Ouro Preto: UFOP, 2008, p. 110-125.

BASTOS, Rodrigo de Almeida. *Mariana, a cidade adornada: Imitação e decoro nas representações da arquitetura e da cidade no século XVIII luso-brasileiro*. In: VIII CICLO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO, 2006, Mariana, ICHS.

BLUTEAU, D. Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino*, Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.

BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder: Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. ANDRADE, Pablo de Oliveira. O Comércio em Mariana: um estudo das posturas da Câmara no século XVIII. In: CHAVES, C. M. das G.; PIRES, M. do C.; MAGALHÃES, S. M. de. (orgs.). *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de história da Câmara Municipal*. Ouro Preto: UFOP, 2008, p. 63-78.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 13ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

FONSECA, Cláudia Damasceno. O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas representações. In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998, p. 27-66.

GONÇALVES, M. T.; SOUSA, M. J. F. de. A Representação da Sociedade e do Poder Real Através dos Inventários dos Bens Móveis e dos Lançamentos de Despesas da Câmara de Mariana, Século XVIII. In: CHAVES, C. M. das G.; PIRES, M. do C.; MAGALHÃES, S. M. de. (orgs.). *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de história da Câmara Municipal*. Ouro Preto: UFOP, 2008, p. 126-134.

LEAL, Daniela V.; EUGÊNIO, Danielle de F. *Traços na parede, riscos no chão – documentação sobrevivente da cantaria mineira*. Anais do I SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO DE ARQUITETURA E DOCUMENTAÇÃO. Belo Horizonte, 2008.

MARTINS, Judith. *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*, Rio de Janeiro: Departamento de Assuntos Culturais/MEC, 1974.

MENESES, José Newton Coelho. *Artes fabris e serviços banais*. Ofícios mecânicos e as Câmaras no final do Antigo Regime. Minas Gerais e Lisboa – 1750/1808. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Niterói: UFF, 2003.

_____. Discrição nas cores e efeito nas formas: Emblemas, simbologias e manifestações da identidade dos ofícios mecânicos no mundo português dos séculos XVIII e XIX. In: FURTADO, Júnia F. (org.). *Sons Formas Cores e Movimentos na Modernidade Atlântica*. São Paulo: Annablume, 2008, p.401-426.

_____. *O Continente Rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça, 2000.

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

PIRES, Maria do Carmo. Câmara Municipal de Mariana no século XVIII: Formação, Cargos e Funções. In: CHAVES, C. M. das G.; PIRES, M. do C.; MAGALHÃES, S. M. de. (orgs.). *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de história da Câmara Municipal*. Ouro Preto: UFOP, 2008, p. 45-62.

_____. O Termo de Nossa Senhora do Carmo/Mariana e suas freguesias no século XVIII. In: CHAVES, C. M. das G.; PIRES, M. do C.; MAGALHÃES, S. M. de. (orgs.). *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de história da Câmara Municipal*. Ouro Preto: UFOP, 2008, p. 24-44.

PIRES, M. do C. MAGALHÃES, S. M. de. Câmara Municipal: Um pequeno histórico. In:

CHAVES, C. M. das G.; PIRES, M. do C.; MAGALHÃES, S. M. de. (orgs.). *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de história da Câmara Municipal*. Ouro Preto: UFOP, 2008, p. 11-23.

ROMEIRO, A.; BOTELHO, A. V. *Dicionário histórico das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SANTOS, Paulo F. *Subsídios para o estudo da Arquitetura Religiosa em Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos, 1951.

SILVA, Fabiano Gomes da. Trabalho e escravidão nos canteiros de obras em Vila Rica, no século XVIII. In: *Brasil-Portugal: sociedades, culturas e formas de governar no mundo português (século XVI-XVIII)*. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. *Pedra e Cal*. Os construtores de Vila Rica no século XVIII (1730-1800). Dissertação. (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SILVA, Flávio Marcus da. *Subsistência e poder: a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

SILVA FILHO, Geraldo. *O oficialto mecânico em Vila Rica no século XVIII e a participação do escravo e do negro*. Dissertação. (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP, 1996.

SILVEIRA, Marco Antonio. Soberania e luta social: negros e mestiços libertos na Capitania de Minas Gerais (1709-1763). In: CHAVES, Claudia M. das G; SILVEIRA, M. A. *Território, Conflito e Identidade*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2007, p. 25-48.

SOUZA, Antônio Wilson Silva de; TRINCHÃO, Gláucia. *O Desenho na formação de Lentos Engenheiros Militares portugueses e brasileiros*. Sociedade Brasileira de História da educação. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/>>

TAVARES, Rui. *O Pequeno Livro do Grande Terramoto*. Lisboa: Edições tinta-da-china, 2009.

TEDESCHI, Denise M. R. *O Emanar das Minas: A atuação da Câmara no provimento da água em Mariana (1740-1760)*. Monografia (Graduação em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Mariana: UFOP, 2007.

VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil colonial (1500 – 1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

VASCONCELLOS, Salomão. Ofícios Mecânicos em Vila Rica durante o Século XVIII, *RSPHAN*, Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, n.º 4, 1940, p. 331-360.

_____. *Breviário histórico e turístico da cidade de Mariana*. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura, 1947.